



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS NATURAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Bruce Anderson Braga Silva

**BENEFÍCIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME DE
DOWN E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA**

Pinheiro

2024

BRUCE ANDERSON BRAGA SILVA

**BENEFÍCIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME DE
DOWN E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Maranhão/campus Pinheiro para a obtenção do grau de licenciado em Educação Física.

Orientador: Lucio Carlos Dias Oliveira.

Pinheiro

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Braga silva, Bruce anderson.

Benefícios da educação física para crianças com síndrome de down e suas implicações para a prática / Bruce Anderson Braga Silva. - 2024.
58 f.

Orientador(a): Lúcio Carlos Dias Oliveira. Monografia (Graduação) -
Curso de Educação Física,
Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro, 2024.

1. Atividade física. 2. Prática pedagógica. 3. Síndrome
de down. 4. Inclusão. I. Dias Oliveira, Lúcio Carlos. II. Título.

BRUCE ANDERSON BRAGA SILVA

**BENEFÍCIOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME DE
DOWN E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em Educação Física
da Universidade Federal do Maranhão / Campus
Pinheiro para obtenção do Grau de Licenciado
em Educação Física.

A Banca Examinadora da Defesa de trabalho de conclusão de curso (TCC),
apresentada em sessão pública, considerou o candidato aprovado em:

___/___/___.

Prof. Ms. Lúcio Carlos Dias Oliveira.
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Ms.
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Ms.
Universidade Federal do Maranhão

"A espera é sempre árdua, mas é justo o que muito
custe o que muito vale."

Santa Tereza D'avila.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por permitir que eu fosse agraciado com mais esta conquista, e que contribuiu consideravelmente para a concretização deste trabalho. Agradeço à minha mãe que me incentivou desde a escolha do curso de graduação, até o término do trabalho de conclusão do curso, com suas orientações na construção do mesmo e pelo seu tempo e dedicação. À minha família, pelo incentivo e pelo apoio, amo vocês.

RESUMO

Este trabalho está estruturado a partir da investigação em algumas produções científicas publicadas nos principais bancos de teses e artigos científicos que abordam a atuação de professores de Educação Física e a relação destes com pessoas com Síndrome de Down. Esta pesquisa apresenta uma revisão de literatura de natureza qualitativa sobre estudos e investigações científicas de acordo com Qualis de periódicos estabelecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES classificados em estratos de qualidade A2 e B2, durante o período compreendido entre 2012 à 2022, em sete periódicos da área que são: Revista Brasileira de Ciência da Saúde, Motricidade, Revista Movimento, Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Pensar a Prática, Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde e Motrivivência, buscando identificar os benefícios e limitações da atividade física em crianças com síndrome de Down e, como o professor adapta sua prática pedagógica para fazer a inclusão de pessoas com essa condição nas aulas de Educação Física na Educação Básica. Para análise dos dados criou-se quatro categorias: Inclusão, Prática Pedagógica, Inatividade Física e Benefícios da Atividade Física. O objetivo deste trabalho é demonstrar a importância da Educação Física no processo de desenvolvimento de crianças com Síndrome de Down, bem como os benefícios e como é aplicada na escola, em especial para Educação Básica. Diante dos achados desta revisão foi possível afirmar que, mesmo em níveis pequenos, os benefícios da atividade física são incontáveis nas vidas das crianças e jovens com síndrome de down, e que melhorias são necessárias, em caráter de urgência, tanto na comunidade escolar quanto fora dela.

Palavras chaves: Atividade Física. Prática Pedagógica. Síndrome de Down. Inclusão.

ABSTRACT

This work is structured based on research into some scientific productions published in the main databases of theses and scientific articles that address the role of Physical Education teachers and their relationship with people with Down Syndrome. This research presents a qualitative literature review on scientific studies and investigations according to Qualis of journals established by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - CAPES classified in quality strata A2 and B2, during the period between 2012 and 2022, in seven periodicals in the area, which are: Revista Brasileira de Ciência da Saúde, Motricidade, Revista Movimento, Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Pensar a Prática, Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde and Motrivivência, seeking to identify the benefits and limitations of the activity physical education in children with Down syndrome and how the teacher adapts his pedagogical practice to include people with this condition in Physical Education classes in Basic Education. For data analysis, four categories were created: Inclusion, Pedagogical Practice, Physical Inactivity and Benefits of Physical Activity. The objective of this work is to demonstrate the importance of Physical Education in the development process of children with Down Syndrome, as well as the benefits and how it is applied at school, especially for Basic Education. Given the findings of this review, it was possible to affirm that, even at small levels, the benefits of physical activity are countless in the lives of children and young people with down syndrome, and that improvements are urgently needed, both in the school community and outside of it.

Key words: Physical activity, Pedagogical Practice, Down's syndrome, Inclusion.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	29
-----------------------	-----------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Obras levantadas nos bancos de dados consultados	19
Quadro 2 - Estudos selecionados nos periódicos pesquisados	20
Quadro 3 - Artigos selecionados nos bancos de dados consultados para a revisão....	30

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AF Atividade Física
- EB Educação Básica
- EF Educação Física
- SD Síndrome de Down
- PCD Pessoa com Deficiência

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 OBJETIVOS	16
2.1 Objetivo geral	16
2.2 Objetivos específicos	16
3 METODOLOGIA.....	17
4 REFERENCIAL TEÓRICO	21
4.1 O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E O PROCESSO DE INCLUSÃO.	21
4.2 PRÁTICA PEDAGÓGICA APLICADA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.	26
4.3 INATIVIDADE FÍSICA E SÍNDROME DE DOWN	30
4.4 OS BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN.	34
5 RESULTADOS	36
6 DISCUSSÃO.....	43
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54

1 INTRODUÇÃO

A Educação Física (EF) é uma área do conhecimento que visa promover o desenvolvimento integral dos indivíduos por meio de atividades físicas e esportivas dando a possibilidade de vivenciar momentos de lazer nos jogos, lutas, danças e práticas corporais de aventura pertinentes à cultura corporal do movimento, sendo legalmente um direito de todos (Alves; Duarte, 2011 *apud* Alves 2013).

O nascimento de um bebê com Síndrome de Down (SD) representa, na maioria das vezes, um momento extremamente delicado para a família, já que muitos pais esperam gerar filhos saudáveis e sem nenhum tipo de limitação física ou mental. Esse momento pode ser traumático para pais e familiares que irão conviver com essa criança, sendo que a ela terá um futuro com tantas limitações (Silva Filho et al 2017).

Em termos de desenvolvimento, as pessoas com SD podem apresentar atrasos no desenvolvimento cognitivo, na linguagem e nas habilidades motoras, apesar desses atrasos variarem significativamente de pessoa para pessoa. Porém, com estímulo adequado e apoio educacional e familiar muitas pessoas com SD podem alcançar níveis importantes de desenvolvimento que podem levar a uma melhor qualidade de vida.

Após o diagnóstico, a maneira como essa notícia será dada à família é sempre um momento delicado. É extremamente importante deixá-los conscientes que a síndrome é uma condição que não pode ser mudada com o tempo e nem revertida, mas que existem tratamentos e acompanhamentos adequados, que os farão usufruir das atividades funcionais e diminuir suas limitações nas tarefas diárias. (Chaves e Almeida 2018).

O debate sobre inclusão não é algo novo. No decorrer dos anos vem crescendo de maneira significativa o número de estudos relacionados ao tema. No Brasil essa discussão teve início na década de 1980. Foi incluído em nossa legislação através da Conferência Mundial sobre Educação para Todos em 1990 e na Conferência Mundial de Educação Especial 1994. a Lei de Diretrizes e Bases da Educação tratou sobre o tema, (1996), assim como a regulamentação mais recente, que é a Lei de Acessibilidade (2004), (Vasconcellos; Finochetto et al.).

No ano de 2000 foi apresentado o Estatuto da Pessoa com Deficiência (PCD) (Lei Brasileira de Inclusão), sancionado no dia 6 de julho de 2015 pela então Presidente em exercício Dilma Rousseff. O documento consolida as leis existentes e

avança nos princípios da cidadania. Conforme a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 Diário Oficial da União - seção 1 - 7/7/2015, pag. 2).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (PCD) nasceu de encontros que juntavam anseios, sonhos e esperanças de pessoas que tiveram suas vidas impactadas por essa realidade, bem como de reflexões e diálogos de familiares, amigos e professores, que sentiram a necessidade de ir em busca de respostas e ações concretas para esse grupo de pessoas, deixadas de lado pela sociedade (DUARTE, 2011; apud ALVES, 2012).

De acordo com a legislação brasileira vigente, o aluno com deficiência deve ser incluído no sistema regular de ensino. A lei 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), foi sancionada como Estatuto das pessoas com Deficiência e, através desta Lei, é possível assegurar e promover a todas as pessoas com deficiência condições de igualdade, exercício de direitos e das liberdades fundamentais, sustentada em nossa Constituição Federal. (DUARTE, 2011; ALVES, 2012).

Assim como qualquer outra disciplina dentro do currículo escolar, a EF tem como finalidade envolver todos os alunos, sem distinção, dentro do ensino regular, favorecendo a inclusão social, a autonomia, a saúde e a qualidade de vida de todos, incluindo as pessoas cujo a condição é objeto deste estudo.

Portanto, a educação para pessoas com deficiência, é um direito garantido pela legislação brasileira e um dever dos profissionais da área de educação, que devem estar preparados para atender a toda população, sem distinção, com respeito, ética, zelo e esmero.

Nesse contexto, o objetivo desse estudo visa demonstrar a importância da Educação Física no processo de desenvolvimento de crianças com Síndrome de Down, bem como seus benefícios e como ela é aplicada na escola, em especial na Educação Básica (EB). Assim como analisar o papel do professor de Educação Física no desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down, descrever processo histórico das pessoas com deficiência, identificar as características da “Síndrome de Down”, discutir o ensino da Educação Física e o processo de inclusão e caracterizar as produções acadêmicas quanto ao ano, região do País, autor, principais resultados.

Deste modo, espera-se que este estudo possa trazer informações relevantes para futuros professores e profissionais da EF, que buscam alternativas de incluir pessoas com deficiência nas atividades escolares, em particular as com SD.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Demonstrar a importância da Educação Física no processo de desenvolvimento de crianças com Síndrome de Down, bem como os seus benefícios e como a atividade física é aplicada na escola, em especial na Educação Básica.

2.2 Objetivos específicos

- Analisar o papel do professor de Educação Física no desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down.
- Descrever processo histórico das pessoas com deficiência.
- Identificar as características da “Síndrome de Down”.
- Discutir o ensino da Educação Física e o processo de inclusão.
- Caracterizar as produções acadêmicas quanto ao ano, região do País, autor, principais resultados.

3 METODOLOGIA

Este objeto trata-se de um estudo bibliográfico (GIL, 2010), de natureza qualitativa (Ludke; André, 1987). Para nortear e delimitar esta pesquisa partiu-se da análise minuciosa de produções da Educação Física em periódicos brasileiros. A busca se concentrou em sete revistas específicas por se tratarem de produções que estão diretamente relacionadas a atividade física e saúde, na prática pedagógica adaptada, síndrome de down e inclusão.

A seleção dos periódicos foi realizada inicialmente pela leitura dos seus títulos utilizando-se a lista de periódicos, Qualis/CAPES, selecionando os estudos da área de Ensino da Educação Física, classificados em estratos de qualidade A2 e B2.

São eles: MOVIMENTO <https://seer.ufrgs.br/Movimento> PENSAR A PRÁTICA< <https://revistas.ufg.br/fef/about/submissions#authorGuidelines>> Campus Samambaia, Avenida Esperança s/n, Campus Samambaia- CEP: 74.690-900. <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM>, REVISTA BRASILEIRA DE ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE <https://www.google.com/search?q=Rev+Bras+Ativ+Fis+e+Sa%C3%BAde&rlz=1>, REVISTA MOTRICIDADE <https://www.google.com/search?q=+revista+Motricidade&rlz=1C1C> REVISTA BRASILEIRA DA CIÊNCIA E MOVIMENTO <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM> REVISTA BRASILEIRA DE CIENCIA E SAUDE <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rbcs/article/view/21026> MOTRIVIVÊNCIA <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia>.

Para o levantamento de dados foram analisadas as edições de cada periódico no período compreendido entre 2012 e 2022. A busca se deu através das seguintes palavras-chave: Atividade Física, Prática Pedagógica, Síndrome e Down e Inclusão; pelos títulos; pela leitura dos resumos e, por fim, pela leitura dos artigos completos.

Os critérios de inclusão utilizados se deram através de artigos originais, desenvolvidos no Brasil, nos últimos 10 anos, com ênfase nas crianças e adolescentes com síndrome de Down nas aulas de educação física, e que continham os seguintes descritores: Atividade Física, Síndrome de Down e Inclusão. A literatura foi abordada nas línguas portuguesa e inglesa, apresentando resultados relacionados aos objetivos estabelecidos no presente estudo.

Para os critérios de exclusão, foram descartados: ensaios, resumos, resenhas, estudos em períodos diferentes dos pré-estabelecidos, assim como textos em línguas que não sejam a portuguesa ou inglesa. Foram considerados aspectos relacionados ao ano, revista, título, local da pesquisa (região), categoria presente e principais resultados, que serviram para a elaboração de categorias de análise que irão responder aos objetivos estabelecidos.

Abaixo, no quadro 1.0, encontram-se listadas as respectivas revistas, bem como o número de produções descritas por artigos originais em cada uma, no recorte temporal de 2012 a 2022.

Quadro 1: Obras levantadas nos bancos de dados consultados

REVISTAS	PERIÓDICIDADE	NÚMEROS DE ARTIGOS) (somente os descritos como artigos originais)
MOTRIVIVÊNCIA	Trimestral	373
MOVIMENTO	Trimestral	736
PENSAR A PRÁTICA	Trimestral	556
REVISTA BRASILEIRA DE CIENCIA DA SAUDE	Trimestral	636
MOTRICIDADE	Quadrimestral	376
REVISTA BRASILEIRA DE ATIVIDADE FÍSICA E SAUDE	Bimestral	490
REVISTA BRASILEIRA DA CIÊNCIA E MOVIMENTO	Quadrimestral	341
TOTAL		3.508

Fonte: elaborado pelo autor

Com títulos de *artigos originais*, foram produzidos, ao todo, nas sete revistas, 3.508 (três mil quinhentos e oito) artigos descritos como originais. Após escolha e

separação, o estudo se deu inicialmente pela análise dos artigos publicados em sete periódicos brasileiros, que são: Motrivivência, Movimento, Pensar a Prática, Revista Brasileira de Ciência e Saúde, Motricidade, Revista Brasileira de Atividade física e Saúde, Revista Brasileira da Ciência e Movimento.

Todas as revistas citadas, possuem uma longa trajetória em publicações na área da Educação Física e Saúde. O que nos dá uma quantidade significativa de material de estudos relacionados ao tema abordado neste objeto.

No quadro 2, a seguir, foram listados os principais artigos que atendiam aos critérios pré-estabelecidos para o estudo abordado. Dos 3.508 (três mil quinhentos e oito) artigos publicados, foram selecionados para leitura e aprofundamento um total de 38 (trinta e oito) artigos, porém, somente 31 (trinta e um) artigos foram considerados até o final desta pesquisa.

Quadro 2: descrição dos periódicos pesquisados

REVISTAS	NÚMEROS DE ARTIGOS SELECIONADOS	CONTRIBUÍRAM PARA A PESQUISA
MOTRIVIVÊNCIA	07	06
MOVIMENTO	11	09
PENSAR A PRÁTICA	05	05
REVISTA BRASILEIRA DE CIENCIA DA SAUDE	05	03
MOTRICIDADE	02	01
REVISTA BRASILEIRA DE ATIVIDADE FÍSICA E SAUDE	05	04
REVISTA BRASILEIRA DA CIÊNCIA E MOVIMENTO	03	03
TOTAL	38	31

Fonte: elaborado pelo autor

Os artigos foram analisados, a princípio, com base na leitura dos títulos, palavras chaves e resumos. E, para a seleção dos periódicos da pesquisa, houve uma análise criteriosa baseada no estudo dos artigos de forma integral. Após a seleção, os

artigos que corresponderam ao interesse deste objeto, foram incluídos e o que não supriram aos interesses da pesquisa, foram descartados.

Na revista Motrivivência foi encontrado 6 artigos, Movimento 9 artigos, Pensar A Prática 5 artigos, Revista Brasileira De Ciência Da Saúde 3 artigos, Motricidade 1 artigo, Revista Brasileira De Atividade Física E Saúde 4 artigos e Revista Brasileira Da Ciência e Movimento 3 artigos. Seis revistas têm como foco em suas publicações motricidade e movimento apenas uma dela está voltada para saúde porem com abordagens psicomotoras.

Ao todo, foram encontrados um total de 31 (trinta e um) artigos que contribuíram diretamente para esta pesquisa. Em seguida, foram extraídas categorias de análise que serviram para caracterizar o estudo e assim responder aos objetivos pré-estabelecidos.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E O PROCESSO DE INCLUSÃO.

Na antiguidade, as pessoas com deficiências eram, de alguma, forma excluídas do convívio social e, por vários séculos, elas foram privadas de seus direitos fundamentais, dentre eles, o direito à vida. O que apesar de tamanha distância até os dias atuais, ainda sobrevive e são visíveis alguns aspectos dentro de nossa sociedade moderna (Marina Brasiliano Salerno et al.2018).

Tratar de assuntos desta natureza é sempre difícil, principalmente em um país cujo o preconceito está enraizado culturalmente em sua sociedade. Esse preconceito pode ser observado em diversos âmbitos sociais, sejam eles de gênero, raça, classe social e até mesmo as diversas deficiências existentes, sejam elas físicas/limitadoras ou ocultas (Marina Brasiliano (Marina Brasiliano Salerno et al. 2018).

No decorrer da história, pessoas com deficiências intelectuais, muitas vezes, eram submetidas aos mais cruéis tratamentos. Dentre algumas dessas práticas, algumas PCDs eram abandonadas para morrer e outras eram afogadas. Os romanos tinham leis para eliminá-los. Já na Idade Média, na Europa Medieval, era comum associar pessoas com deficiência à bruxaria (Marina Brasiliano Salerno et al. 2018).

Por outro lado, outros as consideravam seres angelicais e sagrados (Salerno et al. 2018). Durante o período do nazismo, foram esterilizadas entre 300 e 400 mil pessoas com deficiência e, mais tarde, exterminadas. Ao todo, entre 200 e 250 mil pessoas com deficiência física e intelectual perderam suas vidas.

No Brasil, a tradição indígena fazia com que pais tirassem a vida de crianças com deficiências, pois estas não poderiam prover suas famílias ou lutar quando fosse preciso. Ou seja, as PCDs, sejam físicas ou intelectuais, sempre foram eliminadas ou excluídas, de alguma forma, da sociedade. (Idem, 2018).

O ensino da EF e o processo de inclusão é um tema deveras relevante e atual, que continua sendo discutido de maneira constante pelos profissionais que, de alguma forma, trabalham incessantemente para que ela ocorra dentro e fora das escolas. Esse processo educacional precisa atender e respeitar as diferenças e necessidades como um todo, permitindo, dessa forma, que o aluno com SD seja um membro ativo na escola Vasconcellos et al (2016).

A EF, enquanto componente obrigatório no currículo escolar da EB, também deve ajustar-se e compartilhar responsabilidades que promovam ações pedagógicas

que favoreçam a inclusão (Ramos et al. 2013). Sobre esta afirmação, Bevilaqua De Quadros aduz que:

“[...] A disciplina de Educação Física deve acima de tudo respeitar e considerar as diferenças individuais de cada indivíduo, pois somente assim possibilitará a inclusão de todos nas aulas independente de seu tipo de deficiência, etnia, sexualidade, gênero. Ballard (1997) Sanchez (2005) citado por Bevilaqua De Quadros (2013)”.

A maneira como o professor conduz as aulas de EF frente à inclusão têm provocado preocupações em várias regiões do Brasil e, como reação, surgem novos estudos a cada ano que discutem as inúmeras possibilidades de trabalhos, atitudes, formação dos professores e conhecimentos pedagógicos para intervir em um novo modelo de educação (Ramos et al. 2013).

Em 1978, houve um debate que incluiu a participação de vários países já preocupados em discutir a situação das PCDs, onde foi aprovada a Carta Internacional de Educação Física e Desportos, pela Conferência da Organização das Nações Unidas. Nela, está assegurada que a Educação Física e o desporto são direito de todos, inclusive das pessoas com deficiência (Salerno et al. 2018).

O processo de inclusão, dentro das escolas, só será possível a partir do momento em que mudanças tornem a acessibilidade disponível e ao alcance de todos. E ela não se dá apenas na estrutura física da escola, mas também na forma como esse indivíduo é visto diante dos outros alunos e comunidade escolar, na qual está inserido, que vai desde o professor, alunos e demais funcionários que compõem esse grupo (Alves e Duarte 2012).

Quando levamos essa discussão para a escola, na aprendizagem da EF pelos alunos com deficiência, que não estão inseridos nas atividades práticas, Block e Obrusnikova; (2007), citado por Alves e Duarte (2012) afirmam que os alunos apresentam um prejuízo no desempenho motor significativo, se comparado a outras crianças que praticam as atividades. Esses prejuízos podem causar efeitos negativos dos mais variados, inclusive no senso de pertencimento a determinado grupo.

Para que a educação física inclusiva aconteça de forma efetiva, é necessário que os professores estejam preparados e apoiados por profissionais especializados, e que haja acessibilidade material e tecnológica, que haja respeito com a diversidade e que se forme um mecanismo de apoio entre escola, família e comunidade. O *sentir-*

se incluído vai bem além das paredes da sala de aula: esse processo tem que envolver toda uma estrutura tanto física quanto humana (Alves e Duarte 2012).

Ademais, um dos principais objetivos da EF inclusiva é evitar a exclusão ou alienação na relação com a cultura corporal do movimento de pessoas (sejam elas típicas ou atípicas), bem como promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo, emocional, social e motor de crianças e jovens que fazem uso desse componente curricular.

A EF inclusiva também pode e deve contribuir para atuar na melhora da autoestima, da confiança dos indivíduos e na superação de suas limitações. Algumas situações vivenciadas no ambiente escolar como, ausência de capacitação profissional e infraestrutura da escola, são ainda as maiores dificuldades vivenciadas pelos professores de educação física brasileiros para o processo de inclusão. (Leonardo; Bray; Rossato, 2009 citado por Ramos Et Al. 2013).

Além dessas situações que permeiam o processo inclusivo, existem ainda aquelas que são inerentes à pessoa, como as limitações internas (decorrente da própria deficiência, doenças associadas, entre outras.) e as externas (superproteção da família, preconceitos, ambientes inadequados, etc.). (Marques, 2008; citado por Laura Garcia Jung et al. 2013).

Além disso, é válido afirmar que a maioria dos estudos que envolvem o fator exclusão, são aprofundados por pessoas que não possuem nenhum tipo de deficiência e estão bem aquém do que realmente as PCDs precisam para se sentirem incluídas e, acima de tudo, estão distantes da realidade daqueles que realmente necessitam utilizar as atividades físicas no seu dia a dia. (Vasconcellos et al. 2016).

Em geral, alunos com deficiência apresentam relações muito estreitas com os demais colegas de classe. Porém, apesar de serem incluídos fisicamente no grupo, as interações ainda são muito seletivas e, quando ocorrem, as crianças típicas ainda os veem como seres mais frágeis e incapazes de se cuidarem sozinhos. O que não é verdade, pois a pessoa com SD, entre outros, está sempre buscando formas e maneiras de realizar suas atividades com autonomia.

As relações estabelecidas dentro do ambiente escolar se submetem a dois vieses, que são: a aceitação dos alunos pelos outros que não possuem deficiência, que é o ideal, pois, quando acontece dessa forma, a interação tem efeito benéfico nas relações sociais. Já o segundo, trata-se de como o constrangimento e indiferença levam a uma visão de incapacidade perante os demais alunos. Efeito esse que os

distanciam ainda mais do processo de inclusão. Desse modo, esses dois vieses são fatores colaboradores e militantes para a inclusão e relações sociais (Alves e Duarte 2012).

Na maioria das vezes, o isolamento social que envolve a PCD, é bem evidente no ambiente escolar. Esse fator pode estar relacionado à rejeição pelos colegas, já que é comum nos grupos escolares, selecionar seus pares pela capacidade de contribuir nas atividades aplicadas. Então os alunos com SD são deixados de lado, pois os alunos típicos entendem que eles não cumprem devidamente esse anseio, alimentando, deste modo, a exclusão.

Quanto a necessidade de adaptação, a escola deve incluir não somente as crianças ou jovens que possuam comorbidades. Precisa-se de atendimento pluralizado, envolvendo a conscientização de toda comunidade escolar, que inclua não somente o professor (por estar diretamente ligado a elas), e sim todos que irão interagir nas atividades diárias, pois os indivíduos com SD precisam sentir essa inclusão além da sala de aula Laura Garcia Jung et al (2013).

A maioria das escolas brasileiras ainda estão na fase de suporte estrutural, adequando alterações do espaço físico para acomodação desses alunos. Quando tiramos o foco da inclusão, propriamente física e estrutural, e trazemos para os bloqueios pessoais, podemos observar que, dentre os motivos que levam o aluno com SD a não participar ativamente das atividades propostas, há também a falta de intimidade e proximidade com seus pares (Alves e Duarte 2012). Algo que corrobora com os estudos de Carvalho (2014- 2017), quando aduz que:

“[...] a acessibilidade das escolas ainda se apresenta constituída, **predominantemente, por itens rotineiramente encontrados, como rampas e corrimões nas escadas**, sendo os demais inseridos apenas conforme os alunos com essas condições específicas vão chegando às instituições. (Carvalho, et al. 2017, grifo nosso).”

As relações constituídas no momento da prática das atividades, se resumem apenas a esta ocasião em específico. Os alunos com SD até conseguem interagir durante as atividades físicas e completar o propósito das aulas. No entanto, observa-se que no período posterior às atividades, após as aulas, voltam a se isolar.

Os grandes eventos esportivos existentes no país voltados para pessoas com deficiências, das mais diversas formas, têm despertado o interesse de muitas pessoas com limitações e mudado a visão dos pais com relação a prática da AF aplicada a seus filhos com SD entre outras deficiências.

As paraolimpíadas, Special Olympics e campeonatos nacionais, despertam nesses grupos o interesse em participar de grandes eventos dessa magnitude, promovendo a possibilidade de superação de suas capacidades e limitações. Portanto, tais eventos, de alguma forma, estimulam a participação nas práticas esportivas, saindo da prática simples para a prática de alto rendimento (Laura Garcia Jung et al. 2013).

É importante lembrar que o processo de inclusão do aluno com deficiência na escola não é responsabilidade somente do professor, toda a comunidade, em colaboração, deve estar envolvida, pois muitos ainda se sentem incomodados com os olhares de piedade e rejeição que circulam dentro dos ambientes escolares. Sobre isso, Alves e Duarte (2013) enfatiza que:

“[...] a inclusão consiste na estruturação de um senso coeso de comunidade, aceitação das diferenças e resposta às necessidades individuais. Desta forma, a percepção de inclusão se configura como uma experiência subjetiva e individual, vinculada às experiências e vivências da pessoa com deficiência (Stainback; Stainback, 1999 citado por Alves e Duarte, 2013).”

Em uma situação de inclusão, todos os envolvidos, de forma colaborativa, têm papéis e tarefas importantes a cumprir. O professor, ao ter ciência que um aluno com deficiência vai fazer parte do cotidiano das aulas, deve preparar os alunos que não possuem deficiências para recebê-lo, pois o primeiro contato com os demais vai fazer toda diferença no acolhimento do mesmo. Portanto, o professor precisa desenvolver as atividades, adaptando-as, conforme as necessidades do aluno. (Alves e Duarte, 2013).

Vale ressaltar que em muitos discursos sobre a inclusão, aponta-se somente a parte benéfica que ela produz. Porém, quando analisado de forma mais profunda, nos deparamos com o fator *realidade*, onde esses discursos (que são vistos como os salvadores da escola regular), desconsideram, muitas vezes, a diversidade da deficiência e opiniões de quem realmente precisa ser ouvido. (Vasconcellos et al 2016).

Dentro das aulas de Educação Física ainda ocorre muita exclusão, mesmo que as atividades esportivas, que envolvem pessoas com deficiências, sejam aplicadas de forma inclusiva. Ainda que atinjam o título de atletas profissionais, isso não é o suficiente para obterem o respeito, o tratamento e reconhecimento necessário que deveriam ter. Para eles, ainda são destinados lugares e posições sociais diferenciadas ou de “menor valor”. (Machado, 2011, p. 135 citado por Vasconcellos et al 2016).

A inclusão vai muito além de aspectos como estrutura física e espaços. A Constituição Federal¹, em seu art. 205, diz que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”, assim, conceitos e atitudes devem ser corrigidos, tanto pela comunidade escolar, quanto pela sociedade como um todo, permitindo, dessa forma, a interação, aceitação e respeito de todos que estão dentro desse convívio no dia-a-dia, inclusive a família. Somente dessa maneira poderemos, em definitivo, iniciar um processo de transformação positiva na proposta inclusiva (Alves; Duarte, 2011; citado por Alves e Duarte, 2013).

4.2 PRÁTICA PEDAGÓGICA APLICADA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Nos últimos anos, novos estudos têm se preocupado bastante em investigar as práticas pedagógicas (PP) aplicadas em sala de aula sobre o tema *inclusão*. Percebe-se ainda que, mesmo a passos lentos, os professores estão sempre se preocupando como aplicar e envolver as crianças em todas as atividades, sempre respeitando as suas limitações (Ramos et al. 2013).

Para Souza, (2013), a palavra *deficiência* aplica-se a um conceito moderno, que se elevou da oposição de eficiência, que é o potencial esperado para vida do indivíduo, em regra, saudável, criando uma identidade no que não é eficiente (está inferior ao esperado). Portanto, a sociedade os coloca em uma posição de não eficiente.

O trabalho do professor de EF, ainda segue uma linha muito esportivista, sendo, de fato, a mais atuante pelo sistema escolar. Esses condicionantes limitam bastante a participação das crianças PCD em relação a PP. O trabalho do professor que tenta aplicar outras possibilidades de aprendizado se vê limitado, de forma que

¹ Brasil. Constituição (1988), pg. 136.

prevalece no final a pedagogia do rendimento, deixando de lado quase sempre o contexto da inclusão (Souza, 2013).

A inquietação de muitos professores é conseguir adequar uma PP direcionada a todos, sem que estes sejam cobrados apenas pelos seus rendimentos. Aplica-se uma pedagogia de inclusão, mas o que prevalece mesmo é a competição propriamente dita. O que, de alguma, forma distorce o real significado funcional do seu trabalho, sendo visto mais como treinador do que professor (Souza, 2013).

Historicamente desde a introdução da EF no currículo escolar, observamos que está sempre foi voltada às modalidades coletivas e competitivas, envolvendo o conceito de corpos fortes e saudáveis, (Castellani Filho, 2013 citado por Marina Brasileiro Salerno et al. 2018). Não porque só pessoas que tivessem esse perfil poderiam praticar atividades físicas, mas, de acordo com a sociedade da época, eram os que estariam mais “preparados para uma situação de guerras e conflitos” (Andrade, 2016).

A PP cumpre um papel de intermediar o aprendizado entre o aluno, professor e o contexto escolar de forma que venha transformar a vida do indivíduo nas suas mais variadas dimensões, tanto de cidadão crítico, quanto consciente dos seus direitos e deveres. (Libâneo (1994, p. 70 citado por e Anaís Suassuna Simões et al. 2018).

Nesse contexto, o conhecimento aplicado deve contemplar todos os alunos, independente de suas peculiaridades e limitações. Portanto quando nos colocamos frente às questões que envolvem PP utilizadas pelos professores em suas aulas, surgem algumas inquietações, como: direcionar a participação de alunos com deficiência nas aulas de EF e como ela pode ser útil à vida dessa criança além da escola (Duarte et al. 2015).

Segundo Pinto (2013), a criança com SD precisa de estímulos motores em sua fase de desenvolvimento que provoque nela o início do processo de independência nas situações de brincadeiras e interações sociais, esse processo ocorre, geralmente, a partir dos oito anos de idade. Desse modo, a família (em colaboração com cuidadores e educadores), deve estar preparada para esse processo, dando à criança a liberdade de explorar e exercitar sua motricidade global.

A prática de AF não precisa estar associada ao sofrimento, ela precisa ser explorada além das modalidades de jogos esportivos. Por prevalecer de forma predominante nas escolas regulares no Brasil, os professores acabam deixando de

lado uma quantidade singular de conteúdos que podem ser explorados tanto pelos alunos com deficiência quanto pelos que não possuem comorbidades.

Deste modo, podemos concordar com Pinto, (2013) quando diz que é na aula de EF que existe a maior possibilidade de intervenção das PP que irão desenvolver nas crianças com SD, as capacidades básicas que uma criança precisa para utilizar nas tarefas cotidianas, bem como nas atividades mais complexas que serão exigidas no ambiente escolar e também fora dele.

Segundo Duarte, 2015, a PP utilizada por boa parte dos professores nem sempre surte efeito quando é direcionada às crianças com necessidades especiais. Quando a PP fica indiferente na educação inclusiva, o aluno perde um suporte que poderia dar-lhe mais qualidade de vida e possibilidades motoras em seu cotidiano. Algo que pode ter efeito contrário quando não explorado de maneira mais abrangente. Sobre isso, Ramos infere que:

“[...] as dificuldades bem como a falta de preparo dos professores na comunicação e interação com os alunos em aula, pode refletir diretamente na aprendizagem dos conteúdos, na organização da aula e nas relações sociais entre os próprios alunos. dificultando, desse modo, o processo de aprendizagem e inclusão de crianças com deficiência (Ramos et al. 2013)”.

A PP onde o professor, ao trabalhar em turmas de ensino regular, e que contenham PCD, sobretudo com SD, deve ser criteriosamente elaborada e favorecer o aprendizado como um todo. Uma prática equivocada pode comprometer significativamente o desenvolvimento motor desse aluno. (Ramos et al. 2013).

A inclusão não acontece de forma isolada, é um conjunto de procedimentos e adequações necessárias que envolvem a parte física, social e PP estruturadas. O professor que, em sua turma, tenha crianças e jovens com SD, precisa de intervenções nas quais atendam as necessidades diárias inclusive serem aceitos com as suas diferenças. (Souza, 2013).

Na última década, a prática pedagógica da Educação Física teve poucos avanços, no que se refere a inclusão de alunos com deficiência. A insegurança do professor faz com que ele deixe de lado, conteúdos que tem uma probabilidade maior de incluir o aluno dentro da disciplina. Percebe-se nos relatos descritos pelos autores abordados neste estudo, que a opção da maioria dos alunos (não deficiente) prevalece, direcionando a PP totalmente para os jogos esportivos.

A EF, partindo da finalidade do seu papel social, tem por meta a participação e cooperação de incluir a todos em suas práticas. Portanto, quando a PP utilizada contribui para a vivência com a diversidade, sem exceção, ela faz toda diferença no processo de inclusão. Entender tudo isso como um processo fácil, é engano. O professor sempre estará sujeito às atribuições do sistema escolar e o meio social que limita a prática pedagógica somente à direção esportiva (relacionada à competição) (Souza, 2013).

O fato de a pedagogia do rendimento ser muito presente nas escolas, faz com que o professor se submeta ao interesse da maioria. Talvez por medo de lidar com um aluno que precisa de cuidados diferenciados ou mesmo por desconhecer as comorbidades da deficiência. Se torna mais prático tê-lo como auxiliar nas atividades do que participante ativo nas aulas de EF.

A maioria dos estudos que serviram de referência para esta pesquisa, como Souza, 2013; Martins 2014; Duarte et al. 2015; e Anaís Suassuna Simões et al. 2018, enfatizaram que as regras do sistema escolar não são inclusivas. O que fica nas entrelinhas é a sensação de que esse grupo de alunos só servem de volumes (fardos) nas escolas regulares. O que nos dá um sentimento de impotência frente ao sistema que rege a educação brasileira, uma vez que o ensino regular para pessoas com deficiência é direito constitucional, garantido na nossa Carta Magna.

Por outro lado, nos estudos pesquisados, o professor ainda carece de formação continuada que tenha a inclusão como principal proposta no ensino regular. Nos discursos de muitos profissionais da área da educação, as respostas mais frequentes foram que “só viram o conteúdo relacionado a inclusão na graduação”, e mesmo assim, de forma “fragmentada”. Portanto, deixando uma lacuna muito grande entre o saber e o fazer.

Desse modo, podemos afirmar que o professor está disposto a colaborar na PP inclusiva, embora não se sinta devidamente capacitado. Entretanto, com o apoio necessário e formação contínua, pode ultrapassar facilmente essas adversidades. Martins (2014).

Para Souza (2013) e Martins (2014), o olhar que o professor tem do aluno com SD (ou outra deficiência), dentro da sala de aula, é diferente da forma como vê os demais alunos. As atividades aplicadas se tornam mais suaves e moderadas, se comparadas às aplicadas aos alunos sem nenhuma deficiência.

Quando participam ativamente das competições, acabam sofrendo preconceito dos demais alunos, por não alcançar os mesmos objetivos. Isso não ocorre como forma de escárnio, mas através de práticas mais passivas, como, por exemplo, quando entram em contato com a bola, onde os demais alunos acabam facilitando a condução ou deixando-os livres, sem confronto corpo a corpo.

Segundo Martins (2014), o conceito de educação inclusiva já existe pelo menos há seis décadas. No entanto, ao longo dessa trajetória, as mudanças foram bem insignificantes, na prática. Podemos enxergar isso, claramente, nos noticiários quando se publicam que crianças foram mortas ao sofrerem bullying dentro das escolas e fora dela, algo que é inadmissível para os dias atuais.

São situações que se repetem a cada ano, causando um desconforto muito grande e sensação de impotência naqueles que trabalham para mudar essa realidade. O esforço do professor em utilizar corretamente uma PP condizente com a criança com SD, é notório e tem valor nesse processo.

Porém esse trabalho ainda segue em passos lentos, e ele esbarra nos seus medos de lidar com esse grupo, na sensação de insegurança ao aplicar os conteúdos, na falta de apoio da gestão escolar, entre outros obstáculos. Mas, mesmo assim, buscam incessantemente meios de, um dia, ver essa realidade ser mudada.

4.3 INATIVIDADE FÍSICA E SINDROME DE DOWN

A Síndrome de Down caracteriza-se por uma alteração cromossômica na qual os indivíduos apresentam, no seu cariótipo, 47 cromossomos, e a anomalia acontece no cromossomo 21. Os primeiros estudos sobre pessoas com de SD, surgiram no século XIX, com o cientista Inglês John Langdon Haydon Down, por isso a origem do nome da síndrome (Pinto, 2013).

O Dr. Langdon em seus estudos fez uma observação interessante, uma vez que questionou por que crianças filhas de pais europeus eram tão parecidas com a população da raça mongólica, então daí surgiram as primeiras inquietações e estudos direcionados sobre o tema. (Silva Filho et al 2017).

Algumas características apresentadas no indivíduo com SD são observadas logo após o nascimento, outras se tornam visíveis um pouco mais tarde. Características como Baixa estatura, a língua maior que o normal, Pescoço curto,

cabelo fino, Ponte nasal plana, tendência a acumular gordura, problemas cardíacos, má formação das paredes circulatórias, QI mais baixo (entre 25-50), atraso na função motora entre outras. (Chaves e Almeida, 2018).

Normalmente, as pessoas têm dois cromossomos 21, porém aqueles com SD possuem três cópias desse cromossomo em todas ou em parte de suas células. Não existem diferentes "níveis" da SD. No entanto, as pessoas podem apresentar uma ampla variação nas habilidades cognitivas e no desenvolvimento físico. Cada indivíduo é único, e as diferenças podem ser observadas em diferentes áreas como linguagem, habilidades motoras, aprendizado e desenvolvimento social (Pasetto et al. 2014; Silva Filho et al. 2017).

A expectativa de vida de crianças com SD evoluiu de maneira significativa. Estudos realizados em 1929, destacavam que a perspectiva de vida de uma pessoa com SD era de nove anos. Houve aumento para 15 anos em 1947. Nos anos 90 essa realidade aumentou para 50 anos, retardando o envelhecimento nesta população. Graças as novas tecnologias e avanços da medicina, a taxa de mortalidade da população com SD foi diminuindo e, desse modo, estendendo a longevidade entre a 5ª e 6ª década (Sherril, 1998 citado por Freire et al. 2014).

Atualmente há pessoas com SD que vivem até os 70 anos. Uma das causas justificadas para a criança desenvolver ou não a SD, se deve a idade avançada das mulheres que, por necessidade ou não, optam por ter filhos mais tarde. Observa-se que 60% dos casos são originados de mulheres acima dos 30 anos. Vale destacar que apesar da síndrome, todos vão se desenvolver, porém, cada um em seu próprio tempo (Silva Filho et al. 2017).

Quando uma criança nasce com SD, toda a família modifica sua rotina. À medida que a criança com SD cresce, cria-se um "cuidador informal", que é aquele que convive diariamente com ela e não tem orientações necessárias para exercer essa tarefa. Essa tarefa acaba sendo designada à um único membro da família, é o que nos diz Pasetto et al 2014:

"[...] A família e os cuidadores enfrentam muitas dificuldades na tentativa da inclusão da pessoa com SD na sociedade. As pessoas com SD contam com a família como o seu primeiro universo de relações sociais, tornando-se, em geral, permanentemente dependentes deste vínculo (Pasetto, et al 2014)".

Por ser umas das síndromes mais comuns que causam desordem genética em seres humanos, e também uma das mais estudadas nos últimos anos, ainda existem poucos estudos direcionados a população com SD dentro da EF. Dos estudos analisados para compor esta pesquisa, houve um número muito pequeno se for comparado ao total de artigos publicados no recorte temporal estipulado e comparado às demais deficiências (Modesto et al. 2019).

É comum pessoas com SD possuírem características físicas típicas que podem ser consideradas desfavoráveis para a saúde. Uma delas é o crescimento físico, que é mais lento que o normal, o que caracteriza um tamanho até 24% menor, em comparação a outras crianças que não possuem a síndrome. O fato desse crescimento não seguir seu curso natural, como deveria, ocasiona um aumento de peso excessivo, podendo levar a obesidade. (Kalinowski et al. 2012).

O fato de ter um desenvolvimento mais lento que as demais crianças na mesma faixa etária e a possibilidade de adquirir peso em excesso se torna uma realidade constante na vida da criança com SD. Desse modo, a prática de atividade física em PCD, favorece uma melhora considerável em vários aspectos, tanto na qualidade de vida, para manutenção da saúde, quanto para as capacidades funcionais (Greguol et al. 2012).

Apesar da SD ser tida como uma das mais recorrentes diante de todas as síndromes, estudos que discutem esse tema dentro da EF ainda são, relativamente, escassos. Quando comparados aos demais estudos publicados anualmente sobre a Síndrome de Down, àqueles que englobam a área da saúde se sobressaem, em relação aos da área da Educação Física. Greguol et al. (2012); Kalinowski et al. (2014); Pasetto et al. (2014) e Modesto et al. (2019), sustentam que a prática de exercícios físicos deve ser pensada como opção viável, segura e benéfica para a população com SD, independente de gênero e idade.

Quando as relações e atividades sociais da família são modificadas por conta da introdução dessa criança no meio escolar, é preciso quebrar o vínculo familiar e prepará-lo para a nova fase em seu desenvolvimento. É necessário que pais e cuidadores se conscientizem de que a superproteção limita as possibilidades e o desenvolvimento motor e intelectual da pessoa com SD. O medo de acontecer algo físico com a criança (como quedas e esforços desnecessários) são preocupações constantes dos pais e cuidadores.

No decorrer da vida de uma criança com SD, é comum classificar os seus avanços em etapas e marcos de desenvolvimento, à medida que atingem suas metas funcionais. Entretanto, é importante ressaltar que essas categorias são generalizações e que cada pessoa com síndrome de Down é única, apresentando suas próprias características em seus respectivos processos de desenvolvimento. Muitos indivíduos com SD não possuem nenhum impedimento no que diz respeito a frequentarem escolas regulares, participar ativamente de suas comunidades e terem vidas independentes.

A preocupação exagerada dos pais e cuidadores superprotetores, dificulta a inserção da criança com SD na vida social, causando um atraso no seu desenvolvimento. E, com o avanço da idade, a prevenção da obesidade nesse grupo se torna necessária para diminuir os riscos de comorbidades, já que estudos comprovam que há um aumento significativo de riscos à medida que a criança com SD vai se desenvolvendo. (F Freire, LT Costa, JI Gorla, 2014).

Estudos apontam que certos hábitos, comportamentos e atitudes podem ser adotados como estilo de vida saudável e ativo nos indivíduos ainda na infância, prosseguindo na fase escolar e podendo acompanhá-lo durante toda a fase adulta. Esses hábitos ajudam na manutenção de sua saúde e auxiliam em suas capacidades funcionais, melhorando sua qualidade de vida e habilidades motoras. (Greguol et al. 2012).

Kalinoski (2012), em seus estudos, nos confirma que, quando a criança com SD está envolvida em atividades físicas devidamente orientadas, conseguem resultados satisfatórios (por mais que seja uma simples caminhada). Nesse aspecto, o autor aponta que:

O nível de atividade física na população estudada apresentou valores satisfatórios [...]. Esse alto índice é devido ao fato de a população estudada estar participando de projetos de extensão e estarem em escolas. Pois, quando uma pessoa com SD está na escola ou em projetos, as oportunidades são aumentadas, inclusive para a prática de atividade física. (Kalinoski et al. 2012).

Apesar de o sedentarismo ser muito visível nesse grupo, podemos perceber que o nível de atividade já se elevou muito. De acordo com os estudos pesquisados, a prática de exercícios físicos apresenta resultados favoráveis, lhes proporcionando

mais autonomia, tanto nos aspectos físicos quanto mentais e sociais, e afastando possíveis comorbidades vinculadas a deficiência. (Orcioli-Silva et al. 2021).

No entanto é bom enfatizar que as características individuais devem ser sempre levadas em consideração, cada deficiência exige cuidados específicos e não podem ser comparadas umas às outras, cada indivíduo é único, mesmo que ambas possuam as mesmas limitações. As atividades físicas destinadas a esse público, devem ser aplicadas e desenvolvidas de acordo com suas capacidades físicas e motoras.

Desse modo a prática de atividade física regular deve ser a forma viável da criança ou jovem com síndrome de Down, obter mais liberdade e autonomia nas suas capacidades funcionais, melhorando o desempenho diário e aliviando a carga de seus cuidadores (Modesto et al. 2019).

Portanto, para que se tenha êxito nas práticas de AF em crianças com SD é preciso que barreiras sejam quebradas e modificadas, tanto no sistema escolar quanto no vínculo familiar. Com estruturas adequadas e mais profissionais capacitados, já que a própria deficiência impõe restrições aos indivíduos Kalinoski et al (2012).

4.4 OS BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN.

A atividade física tem sido muito discutida nos últimos anos, a fim de desenvolver as capacidades funcionais, trazer benefícios e qualidade de vida aos indivíduos, o que é necessário na vida da população, principalmente pessoas com deficiência.

O aumento da preocupação com eventos esportivos tem se destacado no Brasil nos últimos anos. Essas discussões podem ser vistas nos estudos de Caravage, (2018), quando ele fala dos megaeventos promovidos pelo governo nos esportes, como as paraolimpíadas por exemplo. Diante desse contexto, Caravage infere que:

Nos programas esportivos para o público em geral, embora a prática seja inclusiva, o participante com deficiência normalmente se depara com espaços sem acessibilidade, com profissionais despreparados e com estigmas e preconceitos com relação à sua deficiência". (Caravage, 2018).

A maior parte das pessoas com SD costuma apresentar sobrepeso à medida que entra na adolescência e, aliados às doenças pré existentes, tornam-se ainda mais suscetíveis a adquirir um problema ou potencializar um já existente. (Chaves; Campos; Navarro, (2020) citado por Dalla Déa (2022).

Nos artigos pesquisados a maioria dos relatos sobre a AF que mais praticam, as respostas foram natação, dança, caminhada, ginástica, capoeira, pilates e musculação. A estimulação precoce melhora o desenvolvimento cognitivo, afetivo, emocional, social e motor de crianças e jovens com SD, proporcionando uma participação efetiva tanto nas aulas e eventos escolares, quanto nas suas atividades diárias (Silva Filho et al. 2017; Dalla Déa 2022).

O processo de aplicação de AF precisa de acompanhamento adequado, visto que a obesidade é uma realidade nas escolas. Porém, nosso público em questão, indivíduos com SD, carecem dessa atenção, para que desenvolvam diariamente suas capacidades funcionais (Silva Filho et al. 2017).

Vale ressaltar que algumas características das pessoas com Síndrome de Down são relevantes e merecem uma atenção particular. Um exemplo é a hipotonia muscular, que está ligada a força muscular respiratória, na qual a pessoa com SD pode apresentar problemas respiratórios, o que pode prejudicar seu desempenho durante as atividades físicas, por exemplo (Dalla Déa, 2022).

A AF bem estruturada, além de contribuir com a melhora da autoestima e confiança na superação das limitações, ajuda a prevenir a obesidade e melhora a resistência cardiorrespiratória. A atividade física também diminui o risco de cardiopatia, ajuda baixar a pressão arterial e o colesterol ruim. Além de potencializar habilidades como a coordenação, a força, o tônus muscular, postura corporal, orientação espacial, o equilíbrio e a flexibilidade.

Rezende, (2015), nos mostra que a AF também favorece a socialização, o companheirismo, o respeito às regras do jogo, entre muitos outros benefícios necessários às atividades funcionais da vida diária da pessoa com SD. Sobre isso, Dalla Déa nos diz que:

[...]A OMS recomenda que adultos saudáveis pratiquem no mínimo 150 minutos de atividade física e crianças e adolescentes saudáveis façam 300 minutos por semana. Considerando que as pessoas com síndrome de Down

são pessoas saudáveis, elas deveriam seguir essa recomendação (Dalla Déa, 2022).

Para mães e famílias com crianças típicas, talvez seja difícil de observar no dia-a-dia a naturalidade com que essas crianças praticam atividades que são comuns às suas respectivas idades. No entanto, crianças com SD possuem desafios diários que vão desde aprender a se alimentarem sem ajuda, ou segurar o copo sem derramar o líquido, até ir ao banheiro sozinho ou a se vestir corretamente. (Chaves e Almeida, 2018).

5 RESULTADOS

Após a seleção dos artigos, todos foram lidos na íntegra e filtrados por quantidade e publicação por região. Foram divididos segundo a porcentagem de publicação correspondente aos achados. Dentre eles, a região que mais se destacou foi a região Sul, alcançando o primeiro lugar em publicações sobre o tema abordado.

Promovendo um total de 11 estudos, equivalente a 34,1% dos artigos selecionados, essa região teve uma participação significativa na produção de artigos sobre a relação entre a Síndrome de Down e a Educação Física. A segunda região foi a Sudeste, com 9 artigos, que correspondem a 27,9% dos artigos pesquisados.

A terceira, foi a região Nordeste, com 3 artigos, que correspondem a 9,3% dos itens pesquisados. Na quarta, ficou a região Centro Oeste com apenas 1 artigo, cujo o total representa 0,31% dos itens selecionados. E por último, a região Norte com 0%. Não houve publicações na pesquisa feita que correspondesse ao estudo com origem nessa região.

No total de artigos pesquisados, somente três deles estavam fora dessas regiões, de maneira isolada, correspondendo a um total de 9,3% dos estudos analisados. Dois deles de nível internacional, correspondendo a 6,2%, e dois que abrangiam todo o território nacional, correspondendo também a 6,2% dos artigos pesquisados.

Durante o período de estudos foi possível observar os diferentes pontos de vista de autores que se debruçaram em busca de respostas que pudessem atender à procura de muitos leitores com as mesmas inquietações. Quando se trata de inclusão de PCD, a maioria concorda que já existem, mesmo em quantidades pequenas,

alunos que participam ativamente da escola regular que usufruem de AF voltadas para crianças que tenham limitações. (Alves 2012; Jung 2013; Bevilaqua de Quadros 2013; Barreto et al. 2014 Salerno et al 2018).

Quanto a PP, autores como Duarte et al. (2015); Rezende et al (2015); e Anaís Suassuna Simões et al. (2018), aquiescem que apesar de já está acontecendo e ser uma realidade nas escolas, ainda se precisa muito de suporte para que realmente possa fazer diferença na vida de crianças e jovens com SD. E que a formação continuada de professores direcionada a PP inclusiva ainda é uma realidade distante nas nossas escolas.

Nos resultados encontrados nas situações de inatividade física, constatou-se, a princípio, que as pessoas com SD apresentam sobrepeso e os dados se mostram preocupantes nesse grupo. O aumento de peso pode indicar uma tendência perigosa para as pessoas com SD. Essa tendência se dá por conta do crescimento mais lento, se comparado aos indivíduos com o crescimento normal para sua faixa etária. (Chaves; Campos; Navarro, 2020 citado por Dalla Déa 2022)

Já nas experiências bem sucedidas, quando nos referimos aos benefícios que a prática de atividade física proporciona às crianças e jovens com SD, as vantagens vão muito além do muro das escolas. Elas são vistas todos os dias na sua rotina, seja na participação das atividades coletivas, seja nas atividades de motricidade fina e global, entre outras características fundamentais da sua vida diária. (Kalinowski et al. 2012; Pasetto et al. 2014; Greguol et al. 2012; Modesto et al. 2019).

Tabela 1 – Quantidade dos trabalhos selecionados por ano e respectivas revistas entre 2012 a 2022.

REVISTA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	TOTAL
Movimento	01	02	01	0	02	0	03	0	0	0	0	09
Motrivivência	0	01	0	0	0	02	0	01	01	0	01	06
Motricidade	0	0	01	0	0	0	0	0	0	0	0	01
Revista Brasileira de	0	01	0	01	0	0	01	0	0	0	0	03

Ciência e Movimento													
Pensar a Prática	0	02	01	01	0	0	0	0	0	0	0	01	05
Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde	02	0	01	0	0	0	0	0	0	0	01	0	04
Revista Brasileira de Ciências da Saúde	0	01	01	0	0	02	0	0	0	0	0	0	04

Após a escolha, seleção e leitura dos artigos quanto a região onde foram publicados e suas quantidades, criou-se na etapa seguinte um quadro para extração de dados das inúmeras informações contidas em cada artigo para que pudesse definir as categorias que caracterizassem o estudo.

Buscando compreender os resultados obtidos dos 31 (trinta e um) artigos que contribuíram diretamente para esta pesquisa, foram selecionadas as seguintes categorias: Inclusão, com 12 artigos, correspondendo a 37,2% dos estudos; Prática Pedagógica, 8 artigos que equivale 24,8% dos estudos; Inatividade Física, com 6 artigos, correspondendo a 18,6%, e; Benefícios da Atividade Física, com 5 artigos, que corresponde a 15,5%. Concluindo o total de artigos estudados.

Os artigos do quadro a baixo demonstram, de maneira mais específica, os estudos utilizados na pesquisa que contribuíram diretamente para a conclusão do trabalho.

Quadro 3: artigos selecionados nos bancos de dados consultados para a revisão.

N	Revista/Publicação/ Título	Autores/	Categorias/ região	Principais resultados
1	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA SAÚDE/2013	Pinto. Educação física como promoção do desenvolvimento Psicomotor em crianças portadoras da síndrome de down. Physical education as promotion of psycho-motor Development in children bearers of down syndrome	Prática Pedagógica Campina Grande PB	Este trabalho pretendeu demonstrar a importância da prática intervencionista da atividade física em pessoas com de Síndrome de Down, gerando um benefício à saúde e proporcionando ao indivíduo um ganho maior de superação de dificuldades motoras próprias deste indivíduo.
2	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA SAÚDE /2017	SILVA	Benefícios da atividade física	as mães experimentaram a perda do filho idealizado e vivenciaram o "luto", no entanto, seus filhos foram

	FILHO, GADELHA, CARVALHO Síndrome de down: Reação das mães frente à notícia e a Repercussão na intervenção Fisioterapêutica da criança.	Paraíba	encaminhados para a intervenção fisioterapêutica e integrada precocemente, recebendo, um acompanhamento profissional para estimulação do quadro neuro psicomotor da criança e favorece a um comportamento de superação das mães, saindo do luto à luta.
3	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA SAÚDE /2017 MENDONÇA et al. Caracterização dos grupos de pesquisa da área Da educação física do brasil que estudam a deficiência.	Benefícios da atividade física local não identificado	Diante da realidade encontrada e da relevância da pesquisa para a proposição de ações, de políticas públicas e de outros tipos de mecanismos indutores de práticas para a comunidade, a presente investigação mostra-se muito importante, por sua contribuição para a concretização de melhorias que favoreçam PD.
4	MOTRICIDADE /2014 F FREIRE et al. Indicadores de obesidade em jovens com síndrome de down.	Inatividade física São Paulo	O estudo apresenta relevância para a área da educação física adaptada e da saúde, uma vez que seus achados permitem um maior entendimento sobre as limitações de métodos utilizados na população em geral.
5	Movimento /2012 TANURE ALVES A participação de alunos com síndrome de down nas aulas de educação física escolar: um estudo de caso.	Inclusão Porto Alegre	Os resultados demonstram que há ainda muitas lacunas a serem preenchidas a respeito do processo inclusivo de alunos com deficiência durante as aulas de educação física.
6	MOVIMENTO /2013 JUNG, L. G. Cotidiano da prática de atividade física de crianças e jovens com deficiências da rede municipal de pelotas - RS	inclusão Rio Grande do Sul	A participação efetiva das crianças e jovens com deficiências nas aulas de EF contribui para a sua formação em um ambiente alegre e saudável, propiciando o desenvolvimento de um estilo de vida ativo, principalmente, na realização das atividades diária com mais autonomia e independência.
7	MOVIMENTO /2013 ALVES. exclusão nas aulas de Educação Física: fatores associados com participação de alunos com deficiência	Inclusão São Paulo	A exclusão deve ser estudada de acordo com o tipo de deficiência do aluno, cada deficiência tem necessidades e limitações específicas. Outro ponto a ser considerado neste tipo de análise é a realidade sociocultural dos participantes, visto que as diferenças neste aspecto interferem na percepção de exclusão e inclusão do mesmo.
8	MOVIMENTO /2013 SOUZA, reorientação da ação pedagógica na educação física sob a perspectiva da inclusão: a pesquisa-ação como caminho	prática pedagógica Santa Catarina	consideramos que, mesmo frente a um contexto hostil, os professores se sensibilizaram da importância de trabalhar na perspectiva da educação inclusiva e iniciaram um processo de reorientação da sua prática pedagógica, iniciando o caminho no sentido da reversão do estigma.
9	MOVIMENTO /2014 MARTINS. Educação física inclusiva: atitudes dos docentes	Pratica Pedagógica Distrito do Porto Portugal.	Realça-se a necessidade da formação de professores para uma pedagogia mais inclusiva que contemple a flexibilidade curricular e metodologias de ensino diversificadas. Nota-se a necessidade da reestruturação do currículo do componente curricular de EF adotando um caráter menos competitivo, mais flexível e solidário.
10	MOVIMENTO/2016 VASCONCELLOS et al. Inclusão e educação física no município de rio grande: reflexões sobre as Percepções dos educandos com deficiência	inclusão Rio Grande RS.	a inclusão e os processos de normalização e normatização que ela desencadeia são muito importantes para a sociedade e para a escola, seus processos de disciplinamento e enquadramento auxiliam na condução das condutas. O que se procura é que os sujeitos se adequem a uma conduta social e entrem no jogo econômico.
11	MOVIMENTO /2016 ANDRADE; FREITAS. Possibilidades de atuação do professor de educação	Pratica pedagógica São Paulo	o ensino, compreendido como prática significativa, configura se como elemento mediador na relação entre aprendizagem e desenvolvimento e, assim, o professor tem papel precípua

	física no processo de aprendizagem de alunos com deficiência.		na tarefa de viabilizar condições propícias para sua efetivação.
12	MOVIMENTO /2018 SIMÕES, et al. educação física e o trabalho educativo Inclusivo	Prática Pedagógica Recife	Na EF, um grande desafio é ir além de uma adequação material, ambiental e metodológica para a vivência das práticas corporais. É preciso desafiar os sujeitos envolvidos perante uma reorganização da aula, de forma que objetivos, conteúdos, métodos e recursos possam ser experimentados, compreendidos e explicados de acordo com os limites e possibilidades pessoais e grupais.
13	MOVIMENTO /2018 CARAVAGE, A.; OLIVER, F. C Políticas públicas de esporte e lazer Para pessoas com deficiência	Benefícios da atividade física São Paulo	O aparato legal relacionado à afirmação de direitos das pessoas com deficiência e o contexto dos megaeventos esportivos no país contribuíram para o aumento das políticas públicas, financiamentos, infraestruturas, pesquisas e capacitação profissional no setor. Contudo, estudos sobre políticas públicas de esporte e lazer ainda são incipientes, principalmente no que se refere às pessoas com deficiência.
14	MOVIMENTO /2018 SALERNO et al. O conceito de inclusão de discentes de Educação física de universidades públicas do estado de São Paulo no contexto Social da sua prática	inclusão São Paulo	caminhamos almejando a consolidação de uma Educação Física ao alcance de todos, na qual esteja assegurada a participação efetiva de todas as pessoas, independentemente de gênero, presença de uma deficiência ou outra condição de diferença.
15	MOTRIVIVENCIA /2013 BEVILAQUA DE QUADROS as aulas de educação física na classe especial na abordagem psicomotora	Inclusão Rio Grande do Sul	A Educação Física tem função importante na consolidação da educação inclusiva, pois consegue através da prática pedagógica correlacionar a realidade vivenciada pelos alunos, dando liberdade de expressão aos que realizam as atividades, e fazendo com que o professor tenha maior liberdade para adequar os conteúdos às necessidades dos seus alunos.
16	MOTRIVIVENCIA /2017 CARVALHO et al. INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: estudo da tríade acessibilidade conteúdos atitudes	inclusão Franca/SP	Necessita-se, de continua abertura da prática docente às reflexões proporcionadas pelo campo acadêmico tanto de propostas para a área da Educação Física Escolar quanto para fundamentar a prática docente adequada para as diversidades apresentadas pelos alunos.
17	MOTRIVIVENCIA /2019 MODESTO et al. Efeito do exercício físico sobre a cinemática da marcha em pessoas com síndrome de down: uma revisão sistemática	Inatividade física local não identificado	ressalta-se que, independente do programa escolhido, a prática de exercícios físicos deve ser pensada como opção viável, segura e benéfica para a população com SD, independente de gênero e idade.
18	MOTRIVIVENCIA /2020 CASTRO Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física em escolas públicas regulares do Brasil: uma revisão sistemática de literatura	Inclusão local não identificado	um ambiente favorável de trabalho ao professor, com recursos materiais e estruturas físicas adequadas as necessidades dos estudantes, investimento em políticas públicas e cumprimento da legislação, são aspectos importantes e facilitadores para a implementação do processo inclusivo.
19	MOTRIVIVENCIA /2022 CARVALHO. educação física inclusiva: Acesso, participação e aprendizagem Sob a percepção do estudante com deficiência	Inclusão todo território nacional.	evidenciou a importância do ambiente escolar no ensino das diversas possibilidades de práticas esportivas para o estudante com deficiência. Contudo, o esporte ainda se apresenta como uma realidade distante estes estudantes, com aulas pautadas majoritariamente no esporte convencional.

20	PENSAR A PRÁTICA/2013 REIS efeitos do uso de dicas agudas, com dois focos atenção, em uma criança com Síndrome de down.	inclusão Paraná	É preciso que os pais e a comunidade tenham confiança na competência da escola, e que a escola apresente proposta e resultados concretos que garantam o acesso e a permanência dos alunos com NE em escolas regulares, da rede de ensino, e assim ter um sistema de inclusão de sucesso.
21	PENSAR A PRÁTICA/2013 ALVES, DUARTE, E. inclusão social e o aluno com síndrome de down: um estudo de caso nas aulas de Educação física.	inclusão Campinas SP	das dificuldades encontradas durante a inclusão de alunos com deficiência é importante que sejam ouvidos os próprios alunos. Outro ponto para a exclusão é falta de conhecimento do professor para trabalhar alunos com deficiência, é necessário que recebam o devido suporte material e profissional especializado.
22	PENSAR A PRÁTICA/2014 BARRETO et al. análise das publicações sobre inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de educação física escolar em periódicos brasileiros online.	inclusão Campinas SP	Apesar de o tema “inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular” estar em alta, ser muito discutido ou debatido, observou-se que nesses 10 anos de pesquisas foram realizadas poucas publicações nos periódicos classificados, embora estejamos vivendo a realidade da inclusão, verificamos com esse estudo que, além das dificuldades apresentadas nos trabalhos, há dificuldade até de busca por informação.
23	PENSAR A PRÁTICA/2015 DUARTE et al. Professores de educação física e suas práticas pedagógicas em classes que alunos com deficiência estão inseridos	Prática Pedagógica Marechal Cândido Rondon/PR.	as Práticas Pedagógicas reveladas no cotidiano dos professores observados corresponderam em grande parte as necessidades individuais dos alunos, principalmente dos alunos com deficiência, justificando-se que nem sempre os métodos, meios e estratégias de ensino desenvolvidos nas aulas de Educação Física corresponderam às capacidades motoras dos grupos e de cada aluno de modo particular.
24	PENSAR A PRÁTICA/2022 DALLA DÉA. Atividade física, alimentação e Distanciamento social de pessoas com Síndrome de down durante a pandemia da Covid-19.	Benefícios da atividade física e síndrome de Down Goiás	as pessoas com deficiência e, mais especificamente, pessoas com síndrome de Down, vivenciam a invisibilidade na sociedade, nas pesquisas, nas ações e nas políticas públicas. Assim, estudos e ações como aqui apresentados são fundamentais para que os grupos vulneráveis não se tornem ainda mais vulneráveis neste momento de pandemia.
25	REV. BRAS. ATIV. FIS. E SAÚDE/2012 GREGUOL et al. medidas de atividade física em crianças e adolescentes com deficiência: uma revisão Sistemática.	Inatividade física Londrina PR	conclui-se que o método da acelerometria tem sido o meio de mensuração mais utilizado pelos pesquisadores para se verificar os níveis de atividade física de jovens com deficiência. Sugere-se a realização de mais estudos relacionados a este tema, com diferentes tipos de métodos e deficiências a fim de que seja possível evidenciar os níveis de atividade física apresentados pelas crianças e adolescentes com deficiência.
26	REV. BRAS. ATIV. FIS. E SAÚDE/2012 KALINOSKI et al. Prevalência de fatores de risco da síndrome Metabólica em adultos com síndrome de Down na cidade de pelotas	Inatividade física Pelotas RS	percebe-se a necessidade de maiores estudos nessa área, pois ainda são escassos. É importante fomentar projetos que oportunizem a AF para pessoas com SD, melhorando, assim, a qualidade de vida desses indivíduos, pois, além da AF ser um hábito saudável, ela tem um importante papel social na vida dessas pessoas, melhorando a qualidade de vida.
27	REV. BRAS. ATIV. FIS. E SAÚDE/2014 PASETTO et al. análise da sobrecarga de cuidadores de jovens com síndrome de down fisicamente ativos e sedentários.	Inatividade física Londrina PR.	pode-se concluir que existe uma tendência ao aumento da sobrecarga para cuidadores de nível socioeconômico mais baixo. Os cuidadores de pessoas com deficiência apresentam, em longo prazo, consequências na saúde física, emocional e funcional.

28	REV. BRAS. ATIV. FIS. E SAÚDE/2021 ORCIOLI -SILVA atividade física para pessoas com deficiência: guia de atividade física para a população brasileira	Inatividade física todas as regiões do Brasil	O trabalho apresentou, estratégias e as etapas utilizadas para a elaboração do Guia Brasileiro de Atividade Física para a população Brasileira, com recomendações para PCD. Acreditamos que as estratégias utilizadas para a elaboração do Guia foram um avanço no sentido de promover e impulsionar a prática regular de AF para as PCD.
29	REVISTA BRASILEIRA DA CIÊNCIA E MOVIMENTO/2013 RAMOS et al. Autopercepção de competência pedagógica de Professores de educação física no ensino Inclusivo	Prática pedagógica Florianópolis	A contribuição da formação inicial para o preparo pedagógico do professor é recente e apresenta concepções controversas, reafirmando a necessidade de iniciativas de formação para professores por parte das entidades educacionais, e que possam acompanhar e refletir sobre estas alterações, reajustes e concepções sobre o tema.
30	REVISTA BRASILEIRA DA CIÊNCIA E MOVIMENTO/2015 REZENDE et al. desempenho psicomotor de pessoas com deficiência após 12 semanas de um programa de educação física adaptada	Prática pedagógica Florestal/MG,	é possível concluir que doze semanas de prática de atividades psicomotoras foram capazes de produzir melhora sobre o desempenho motor das PCD, sobretudo por melhorar o desempenho em tarefas que envolvem equilíbrio, força, coordenação muscular, lateralidade e noção espacial.
31	REVISTA BRASILEIRA DA CIÊNCIA E MOVIMENTO/2018 CHAVES e ALMEIDA. os benefícios da equoterapia em crianças com síndrome de down.	Benefícios da atividade Física. Brasil Canadá Estados unidos Polônia	os resultados dos estudos demonstraram que se a criança com síndrome de Down praticar equoterapia, ser acompanhada e tiver o estímulo constante da família, há boas chances de alcançar resultados positivos.

No quadro três podemos destacar a maneira como os artigos foram selecionados para que pudessem ser extraídas as categorias que serviram de base para o aprofundamento da pesquisa. Os artigos foram organizados de acordo com a quantidade de periódicos, títulos, ano, autor, categorias encontradas e região, finalizando com principais resultados.

Os trabalhos que envolviam as mais variadas formas de inclusão, como participação social, comportamento de isolamento e relação social, entre outros, foram direcionados para a categoria *Inclusão*. Os que discutiam vivência na escola, incapacidade de participação nas atividades propostas, pedagogia aplicada para que o aluno com SD participe ativamente das aulas, adaptações tanto materiais quanto humanas, foram direcionadas para a categoria *Prática Pedagógica*.

Os trabalhos que compreendiam execução ou não das atividades, falta de apoio da própria família (talvez até por desconhecer os benefícios das AF), super proteção, por acharem que seus entes tendem a sofrer mais com as rejeições da sociedade, optam por deixá-los às margens do convívio social. Esses foram

caracterizados com a categoria *Inatividade Física*. (Marques; 2008 citado por Laura Garcia Jung et al. (2013).

Professores, pais e cuidadores são sabedores e esperançosos de que os benefícios da AF são inegáveis para o desenvolvimento da criança ou adolescente. Os que possibilitaram, de todas as formas, inserir o indivíduo com deficiência (em particular a SD) em um ambiente escolar, com ênfase nas práticas exitosas, foram direcionados a categoria *Benefícios da Atividade Física*.

6 DISCUSSÃO

Buscando compreender melhor os resultados, foram selecionados trinta e um artigos que satisfaziam os dados da pesquisa, correspondendo a 1,08% do total geral analisado. Quando mudamos o foco e sua relação com as regiões, pôde-se notar que a maioria dos artigos tinha predominância na região Sul, seguida da região Sudeste, com o maior quantitativo de periódicos. O que, de fato, corresponde a mais de 80% dos artigos escolhidos.

Durante todo período de pesquisa, foi possível destacar quatro categorias que dariam embasamento ao estudo, que são: Inclusão, categoria que discute de que forma está inserida no cotidiano dos alunos dentro e fora da escola; Prática Pedagógica, que procura respostas sobre como os professores estão conseguindo adaptar as aulas dentro do contexto da inclusão.

Temos também a categoria Inatividade Física, que enfatiza o quanto a falta da AF compromete o desenvolvimento das crianças e jovens PCD, em especial as com SD, e, por fim; Benefícios da Atividade Física, que busca entender a participação das crianças e como elas serão beneficiadas com a prática de atividades físicas, por menor que sejam suas participações.

Dentre as categorias encontradas, iniciamos com a que mais tem gerado discussão nos últimos anos na educação inclusiva. A urgência de trazer para realidade das escolas (e demais ambientes adaptação estrutural e humana), já reforça a mudança que muitos pais e cuidadores almejam. Vale ressaltar que não somente esses recursos são necessários para que ocorra a inclusão.

Inclusão

Quando falamos de inclusão, a primeira coisa que nos vem à mente são as vias de acesso para a livre locomoção e o direito de ir e vir. Porém, vai bem mais além de um corrimão ou uma rampa. Inúmeros são os motivos que levam a PCD se distanciar das aulas de EF no ambiente escolar. Dentre alguns fatores, que são inerentes a deficiência, existem os de cunho social e estrutural. Essas observações estão descritas nos trabalhos de Alves (2013), Reis, (2013), Laura Garcia Jung et al. (2013), Bevilaqua de quadros (2013), Barreto, et al. (2014), Vasconcellos et al (2016), Carvalho et al. (2017), (Marina Brasiliano Salerno et al. 2018), Castro (2020).

A Constituição Federal, em seu art. 205, garante que toda criança tenha acesso a escola regular, e desfrute de uma pedagogia que satisfaça suas necessidades básicas (Pinto, 2013). A sensação de não pertencimento a um grupo, gera comportamentos de rejeição e falta de adaptação para participação nas modalidades coletivas. São gatilhos que aumentam esse sentimento devido à forte influência desportiva que ainda conduz as práticas esportivas escolares (Alves e Duarte 2013).

A legislação brasileira possui a lei federal nº 7.853 de 24 de outubro, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Ela se trata de uma das legislações mais importantes direcionadas as PCDs, e foi regulamentada pelo decreto 3.298 de 20/12/1999.

Nessas legislações encontra-se inúmeras classificações das deficiências, como: Deficiência Física; Deficiência Mental; Deficiência Visual; Deficiência Auditiva; Deficiência Múltipla etc. Portanto, já é uma realidade no Brasil as leis que amparam pessoas com algum tipo de deficiência. Dentre ela, a Síndrome de Down (Pinto, 2013).

A EF escolar apresentada hoje na educação básica, é bem diferente da que existia no passado, repleta de rejeições e exclusões. Portanto, nos dias atuais, a escola precisa oferecer suporte individualizado, adaptado às necessidades específicas de cada pessoa. Pois, apesar da SD ser caracterizada de maneira ampla, cada indivíduo tem sua particularidade, o que se aplica a uma pessoa talvez não se adapte à outra.

Uma abordagem inclusiva e respeitosa dentro das limitações de cada um é fundamental para permitir que cada pessoa desenvolva o seu potencial. Cada pessoa é única e possuem características diversas. portanto dentro da AF é comum que algumas se sobressaiam mais que as outras e essas relações foram observadas nos trabalhos de Alves e Duarte (2012 – 2013), Pinto (2013), Laura Garcia Jung et al. (2013), Bevilaqua de quadros (2013), Barreto et al. (2014) e Vasconcellos et al (2016).

A inclusão dentro do currículo da EF vai muito além do simples movimentar-se de forma recreativa, ela visa trazer mudanças na qualidade de vida da pessoa com SD. É nesse momento que ela se vê respeitada ou não dentro de suas limitações, tanto pela comunidade escolar quanto fora dela, e contribuir com essa formação cidadã é fundamental para que ela possa evoluir (Bevilaqua de Quadros 2013).

Segundo Carvalho et al. (2017), apesar de todo o avanço e modificações existentes, a EF ainda se mantém seletiva e excludente dentro das escolas. Preparar a criança com SD para enfrentar os desafios diários de aceitação, desde o início, não se constitui uma tarefa fácil.

Atualmente admite-se que houve uma tênue mudança na infraestrutura e planejamento pedagógico, no entanto ainda precisa de reorganização para de fato elevar o nível de educação inclusiva, como nos afirma (Castro, 2020).

Muitos professores ainda se sentem inseguros e desconfortáveis na sua prática pedagógica onde alunos com deficiência estão inseridos. Há relatos, nos artigos analisados, que alunos com deficiência desempenham uma participação passiva na maioria das aulas, tornando-se meros espectadores ou apenas auxiliares das atividades aplicadas. (Carvalho et al. 2017).

Um dos motivos apontados para a não inclusão de alunos com SD nas aulas de Educação Física, justifica-se pela dificuldade que o professor tem em redirecionar as aulas de EF, para que estas não se concentrem somente em quatro categorias distintas do esporte (futebol, futsal vôlei e basquete). Isso é algo que abre espaço para competições e comparações de desempenho, deixando à margem as atividades do aluno com deficiência, não permitindo, pela resistência dos próprios alunos sem deficiência, explorar outras categorias.

Outro motivo que desfavorece a inclusão, é a seleção dos conteúdos aplicados durante as aulas, algo que acaba prejudicando a construção inclusiva e demonstrando uma certa resistência à mudança, por parte dos alunos típicos. Algo que muito já foi citado nesta pesquisa, por refletir em suas ações o contexto histórico baseado somente nos jogos, o qual foi utilizado por muito tempo e ainda é o pilar de sustentação nas atividades usadas pelos professores. (Carvalho et al. 2017).

Reforçando Alves e Duarte (2012) e Castro (2020), o professor configura-se como um importante mediador para o processo de inclusão. A este, atribui-se o primeiro contato dessa criança com o mundo externo, fora do seio familiar. E a maneira como ele será acolhido pelos seus pares e demais e membros da sociedade,

precisa ser trabalhada com cautela e em colaboração com a comunidade escolar. Dessa intervenção pode haver a aceitação, ou total recusa do aluno com deficiência, em particular a SD, na participação das atividades propostas.

Esse relacionamento adquirido dentro do ambiente escolar, favorece a interação e aos poucos vai inserido o aluno com SD, gerando um sentimento de pertencimento ao grupo. Alves e Duarte (2013); Carvalho et al. (2017) e Vasconcellos et al. (2016), observaram que o distanciamento durante as aulas de EF ficavam mais evidentes quando colocados juntos aos alunos não deficientes e que a intervenção do professor nesse momento é fundamental para que o aluno atípico desenvolva suas habilidades com tranquilidade e confiança.

A escola, na maioria das vezes, traz também reflexos negativos para a inclusão, não somente por tentar adequar as práticas, conteúdos e acessibilidade para esse grupo, mas também pela visão excludente dos alunos sem deficiência, que na maioria das vezes, ainda não tem maturidade e discernimento para acolher àqueles que são diferentes deles, conforme encontramos nos trabalhos de Reis (2013); Carvalho et al, (2017); Vasconcellos et al (2016); Castro (2020) e Carvalho (2022).

A inclusão nas escolas se constitui em um processo que está em constante mudança, com a finalidade de satisfazer todas as inquietações de alunos e professores, que almejam um futuro mais coerente no convívio com as diferenças e individualidades. E essa conquista será respondida na forma de participação efetiva do aluno com SD nas atividades propostas pelos seus professores, dentro do ambiente escolar.

O reconhecimento que educação inclusiva busca, ainda precisa ser muito discutido pelas comunidades escolares, líderes políticos e demais órgãos responsáveis pelo cumprimento de metas estabelecidas nos planos de ação, destinado a todos os estudantes e pessoas que necessitam ser incluídos dentro e fora do sistema escolar, conforme nos diz os estudos de Barreto et al. (2014) e Carvalho (2022).

Apesar do esporte convencional se tornar o conteúdo principal das aulas de EF, a participação da criança com SD, se torna restrita nessa atividade. Estudos como os de Castro (2020) e Reis (2013), afirmam que, ao longo dos anos, relatos mostram que o esporte não é algo impossível para o aluno com Síndrome de Down. Os autores também nos dizem que a participação segregada do aluno com SD (ou outra deficiência), não torna a prática inclusiva.

Considerando que o indivíduo com necessidades especiais, mais especificamente os que possuem a SD, tem seu desenvolvimento mais lento, como já citado anteriormente, isso acaba comprometendo tanto a dificuldade sensorial quanto a perceptiva. Essa condição pode ser amenizada com a prática da AF utilizada e orientada devidamente pelo professor, em especial o de Educação Física.

Enfim, ainda há muitas controvérsias em relação a inclusão de alunos com SD nas escolas, conforme afirmam autores como Carvalho (2022), Alves e Duarte (2013), Reis (2013), Barreto et al. (2014), quando dizem que o esporte ainda é uma realidade distante para este público. Há também a falta de confiança dos pais em relação à permanência dos alunos com *down* nas escolas, por entender que a forma de inclusão ainda não apresenta propostas significativas.

Neste contexto, Barreto et al. (2014) e Alves e Duarte (2013), concordam que somente com atitudes acolhedoras seremos capazes de construir uma sociedade mais inclusiva, e que a presença do aluno com deficiência nas escolas regulares não implica em aceitação dos mesmos pelos demais alunos na comunidade escolar.

Para que se tenha uma maior eficácia é preciso que atitudes, práticas e formações continuadas sejam mudadas, redirecionando professores e demais grupos sociais, a fim de produzir uma educação para todos.

E por entender que é durante as práticas de AF que as crianças encontram espaços de entendimento e transformações psicomotoras, acredita-se que a escola seja o local ideal para que ocorra essa integração. No entanto, apesar de ser muito discutido na atualidade, estudos que envolvem essa temática ainda são pouco encontrados nas bases utilizadas nesta pesquisa.

Pedagogia da Educação Física adaptada

Quando adentramos o universo da trajetória de desenvolvimento motor de criança e jovens com SD, percebemos que, como toda criança, elas precisam de relações afetivas, sociais e físicas. Os movimentos estimulam partes do cérebro que outras atividades não conseguem alcançar, portanto, tornam-se necessários para melhorar a qualidade de vida dessas crianças.

Alguns resultados apontam que a PP, mesmo depois de muitas discussões sobre o assunto, continua a englobar principalmente as práticas esportivas nas escolas, dando ênfase no desempenho e no esporte de rendimento, e isso traz

descontentamento e afasta mais ainda a pessoa com SD das aulas de EF. Conforme os descritos se encontram nas obras de autores que fundamentaram nossa pesquisa, na relação Inclusão-Prática Pedagógica, que são: Pinto, (2013); Souza, (2013); Ramos et al. (2013); Martins, (2014); Duarte et al. (2015); Rezende et al. (2015); Andrade e Freitas (2016) e Anaís Suassuna Simões et al. (2018).

A reestruturação da PP dentro do sistema escolar é fator primordial para a permanência da criança na escola. A necessidade de condições educacionais para a efetivação da inclusão tem que ser acessível e atender a todas as crianças. Autores como Martins (2014), Anaís Suassuna Simões et al. (2018) e Duarte et al. (2015), admitem que a formação inicial do profissional, sem propostas de inclusão, deixa uma lacuna na prática executada, e leva à outras dificuldades que os professores encontram para exercer seu trabalho de maneira inclusiva.

Andrade e Freitas (2016), enfatizam que as ações estruturais e pedagógicas necessárias junto com as ofertas de formação profissional, ainda não estão adaptadas de forma ampla nos currículos das escolas. É na capacitação que essa transformação acontece, aliada à prática diária aplicada na escola, no ensino regular.

Em contrapartida, pouco (ou quase nada) é discutido no currículo durante a graduação, isso torna difícil a relação professor-aluno. Os que tentam incluir os alunos com SD nas aulas de EF, de acordo com relatos dos estudos, ou fazem de maneira suave e com medo de errar, comprometendo ainda mais o desenvolvimento motor da criança ou deixam-nas de lado, por estarem inseguros em incluí-las nas aulas de EF. (Souza, 2013).

A forma como o professor conduz as aulas de EF, evidencia o sucesso ou não da PP na proposta inclusiva. A naturalização da não participação de alunos com SD nas aulas, só aumenta ainda mais esse sentimento de exclusão e não pertencimento ao grupo. Conforme argumentam os autores Andrade e Freitas (2016) e Duarte et al. (2015).

Os autores Ramos et al. (2013), Souza (2013), Duarte et al. (2015), Andrade, (2016) e Modesto et al. (2019), entendem que a ausência de formação continuada, capacitação e treinamento dificultam o trabalho do professor, pois a PP não consiste somente em inserir os alunos nas aulas de EF. As limitações individuais, de acordo com alguns autores acima citados, são fatores restritivos para que a AF seja aplicada de forma segura. Vale ressaltar que nem sempre a prática usada supre as necessidades das crianças com SD e demais deficiências.

Algumas situações que mostram a fragilidade que os professores enfrentam na aplicação das aulas, são as propostas pedagógicas inseridas na grade curricular dos estados e municípios, pois estas não se configuram como mediadora da inclusão. Muitos professores precisam adequar os conteúdos às práticas realizadas e darem sentido ao seu fazer pedagógico para, então, obter a participação do aluno com deficiência, conforme discutido nos estudos de Ramos et al. (2013); Andrade e Freitas (2016); Anaís Suassuna Simões et al. (2018).

A falta de suporte para atender as PCD, não é algo exclusivo das escolas brasileiras, essa problemática se estende para fronteiras bem distantes. Como explica o estudo de Alves e Duarte (2012), esbarrando na falta de preparação e formação profissional inclusiva, estrutural e pedagógica, globo a fora.

Ressalta-se que houve mudanças nas práticas e na maneira de ensinar e que o professor, dentro de suas possibilidades, tenta incluir esse aluno nas atividades. Porém, o medo e o desconhecimento da condição da deficiência reprimem a prática pedagógica utilizada.

Portanto Anaís Suassuna Simões et al. (2018), nos provoca a pensar quando diz que *promover um trabalho inclusivo nunca foi tarefa fácil*, o estudante com SD ou outra deficiência, além de participar de forma efetiva das aulas, necessita aprender a explicar o que está em sua volta, se fazer entender e reconhecer o seu lugar, tanto na escola quanto na sociedade, desafiando seus limites e possibilidades.

Inatividade Física

A tendência da obesidade em crianças e adultos com deficiência acontece de forma recorrente, tanto por fatores genéticos ou devido à má alimentação. Em pessoas com SD, essa tendência vem recheada de riscos inerentes a deficiência, aumentando os riscos de infarto, hipertensão arterial e diabetes na fase adulta. Segundo F. Freire LT Costa, JI Gorla (2014) o fato desse público ter a composição corporal diferente dos demais, sem síndrome, não podem ser avaliados de maneiras iguais.

Boa parte das pessoas com SD apresentam, além de características comuns a síndrome, outras anormalidades condicionantes em suas práticas diárias. Sobrepeso e obesidade são fatores que tem predominância em nossa realidade, no entanto no público com SD essa condição duplica se comparada à população em geral sem

síndrome, é o que nos afirmam os autores F Freire LT Costa, JI Gorla. (2014), Modesto et al. (2019), Greguol et al. (2012); Kalinoski et al. (2012).

Apesar de estar tão evidente, os benefícios da AF nas mídias sociais e nos grupos sociais, percebe-se que a procura ainda não alcançou o nível satisfatório recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Para F Freire LT Costa, JI Gorla. (2014), a falta de protocolos que identifiquem a obesidade e sobrepeso nessa população, desde a infância, dificulta uma intervenção mais precoce. O nível de prevalência da obesidade atinge mais o sexo feminino do que o masculino no grupo com SD.

De acordo com Orcioli-Silva et al. (2021), a prática regular de AF traz uma série de benefícios a saúde, reduzindo o do risco de doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade, e demais doenças associadas a inatividade física. Porém umas das inseguranças dos professores em trabalhar a inclusão dessas crianças é a falta de conhecimento mais profundo sobre a síndrome.

O que torna, de certa forma, uma questão delicada para o professor assumir a responsabilidade sozinho, já que muitas comorbidades estão intrínsecas a própria deficiência, como doenças cardiovasculares, desconhecimento da deficiência em si, medo da reação dos pais, falta de capacitação profissional direcionada a esse público, entre outras situações que podemos observar nos estudos de Kalinoski et al. (2012), Pasetto et al. (2014), Orcioli-Silva et al. (2021) e Greguol et al. (2012).

Mesmo com incontáveis avanços na graduação nos últimos anos, percebemos que os professores ainda não conseguem desenvolver o potencial máximo possível de participação de crianças e jovens com SD nas aulas de EF. Para que haja redução do comportamento ocioso, necessita-se aprofundar mais conhecimentos específicos sobre tais comorbidades. E assim tentar reduzir o comportamento sedentário e a inatividade física, sem agravar significativamente o que já existe, como afirma Orcioli-Silva et al. (2021).

Benefícios da Atividade Física

O nascimento de um bebê com SD causa um impacto considerável nas famílias, pois estas vão requerer muito mais cuidado e dedicação que uma criança típica. Essa notícia cria a sensação de aprisionamento em relação aos cuidados da família com essa criança. Portanto, é necessário que ela tenha, desde o início, o

acompanhamento necessário que permita adentrar no processo de independência. É o que sugerem os autores Silva Filho et al. (2017) e Mendonça et al. (2017).

De acordo com Chaves e Almeida (2018), a família deve ter a consciência que o acompanhamento da criança com SD não deve ficar limitado somente a medicamentos farmacológicos e que ela precisa tornar-se fisicamente ativa, para que alcance os benefícios que a AF propõe aos indivíduos.

Como nos informa Silva Filho et al (2017), desde seus primeiros anos, ainda no seio familiar, a criança com SD já necessita de estímulos que favoreçam seu desempenho nas atividades diárias e coordenação motora. É nessa fase que surgem os primeiros obstáculos que ela irá enfrentar por boa parte de sua vida. É esse o momento de introduzir em sua rotina a intervenção de profissionais como o fisioterapeuta entre outros.

Portanto percebe-se que a influência da AF na criança com SD, é algo concreto e que traz resultados. Ao adentrar no ambiente escolar, essa criança sofre a realidade e o impacto da aceitação ou não pelos seus pares. Bem como as dificuldades de incluir uma PCD no ensino regular. (Caravage, 2018).

De maneira histórica, as políticas públicas criadas para assistência das PCD foram direcionadas mais para caridade e protecionismos do que para independência dos mesmos no âmbito da vida social. Durante a elaboração desta pesquisa, autores que compartilharam das mesmas inquietações, que envolvem o processo de inclusão da pessoa com deficiência (em particular a SD), nas aulas de EF e como ela é aplicada nas atividades propostas pelo professor, afunilam-se nas ideias de Mendonça et al. (2017); Silva filho et al. (2017); Caravage, (2018); Chaves e Almeida, (2018) e Dalla Déa, (2022).

O nível de AF das pessoas com SD ainda segue muito distante do esperado, para a quantidade mínima praticada por pessoa. Nos estudos analisados, os autores (Dalla Déa (2022), Chaves e Almeida (2018), Silva Filho et al. (2017), Mendonça et al. 2017), nos confirmam essa precariedade. Porém, mesmo que em baixas frequências, a AF faz muita diferença nas atividades diárias.

A prática de AF associada a alimentação e rotina de treino, favorece consideravelmente as capacidades funcionais das crianças e jovens com SD, distanciando possíveis agravamentos decorrentes da hipotonia, que é uma característica típica da síndrome, e outras dificuldades motoras ligadas à comorbidade Dalla Déa (2022).

De acordo com Chaves e Almeida (2018), apesar de vivermos em uma realidade globalizada, com mídias sociais conectando as pessoas em qualquer lugar do mundo, estudos desse tipo ainda são difíceis de encontrar de forma mais específica. Houve, gradativamente, um aumento de publicações sobre a temática, porém, muitos abraçando a deficiência e inclusão de maneira generalizada, o que dificulta o estudo detalhado de forma exclusiva da SD e impactos da AF na vida desse grupo.

Podemos considerar que são inegáveis os benefícios que a AF causa tanto na vida das pessoas típicas, quanto nas atípicas. E trazer essa criança para um nível de independência mais concreto é o objetivo de qualquer pai, mãe ou cuidador. A estimulação precoce, cuidado e intervenção profissional pode fazer toda diferença na vida social dessa criança até a fase adulta Chaves e Almeida (2018).

Portanto, os resultados encontrados nos mostram consideráveis observações sobre os benefícios da AF aplicadas às crianças com SD. Esses resultados puderam ser vistos e discutidos durante toda estruturação deste objeto. E apesar de toda a investigação, não foi possível responder a todos os objetivos propostos nesta pesquisa de forma integral.

Tendo como objetivo a análise das produções realizadas no período estimado para a pesquisa e que continuam relação com a inclusão de pessoas com Síndrome de Down, Atividade Física e suas implicações para a prática, este trabalho trouxe as seguintes respostas: dos artigos encontrados a maioria descrevia a deficiência de maneira geral (sem especificar o tipo de deficiência), e isso limitou bastante a quantidade de estudos utilizados como base.

Percebe-se que os órgãos responsáveis pela mudança estrutural nas escolas e ambientes que estão disponíveis para esse grupo de pessoas, ainda não obtiveram o avanço que deveria. As mudanças mais perceptíveis, se resumem, basicamente, na parte estrutural, como, por exemplo: nas rampas, corrimão, banheiros e bebedouros adaptados, ou seja, na estrutura física da escola.

Ao responder o objetivo sobre a análise do professor de Educação Física no desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down, foram obtidas respostas satisfatórias que corresponderam à finalidade desta pesquisa. Quanto ao processo histórico das pessoas com deficiência e características da SD, os objetivos também foram alcançados de forma satisfatória.

Porém, o ensino da Educação Física e o Processo De Inclusão foram respondidos parcialmente. Nesse aspecto, percebe-se que há muito interesse e boa vontade das organizações que discutem a inclusão nas escolas e fora delas, mas não está sendo suficiente na prática.

Quanto a PP, os professores adequam as atividades de todas as formas, evitando a exclusão na sala de aula, porém ainda há resistência de alguns em entender que nem todos conseguem atingir o nível esperado durante as aulas, e que alguns professores temem incluir esses alunos, por medo e desconhecimento da deficiência e suas características. Isso implica em amenizar o nível de atividade ou deixá-lo de lado para não se machucar.

Outra situação de inclusão citada pelos professores, foi a falta de capacitação e formação continuada durante as graduações, que foram parcialmente inseridas nos conteúdos trabalhados durante o período de formação acadêmica. De acordo com os achados na pesquisa, concluiu-se que, mesmo com tantas discussões na atualidade, estudos que envolvam essa temática ainda são pouco encontrados nas bases de dados, de modo que pudessem responder satisfatoriamente este objetivo.

Convém afirmar que o importante é oferecer suporte individualizado, adaptado às necessidades específicas de cada pessoa com síndrome de Down, promovendo seu desenvolvimento e maximizando seu potencial. Uma abordagem inclusiva e respeitosa é fundamental para permitir que cada pessoa alcance o seu melhor.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que houve um crescimento substancial na produção de estudos que englobam a deficiência, porém com maior foco na inclusão da deficiência de forma generalizada. De modo que ainda há uma carência muito grande de estudos nas deficiências de forma isolada.

Observou-se que uma quantidade de trabalhos, consideravelmente pequena, teve como tema principal a Síndrome de Down de maneira incisiva. Isso dificulta pesquisas como esta, baseadas em revisão de literatura.

Também dificulta com que a população que precisa de assistência por parte desses serviços (políticas públicas de inclusão), não o encontrem de forma acessível, pois há muita escassez de informação pelos órgãos responsáveis em divulgar os serviços que estão disponíveis para esse público e os poucos que são conhecedores dos seus direitos, esbarram na carência estrutural e de profissionais capacitados para o acompanhamento dos alunos nas atividades relacionadas a EF dentro das escolas.

Por fim, é preciso destacar que, mesmo em níveis pequenos, os benefícios da Atividade Física são incontáveis na vida da criança e do jovem com SD, e que melhorias são necessárias com caráter de urgência, tanto na comunidade escolar quanto na vida fora dela, para que esse grupo possa desfrutar do que é realmente seu direito constituído por lei.

Desse modo podemos afirmar que os objetivos desta pesquisa foram alcançados parcialmente. No entanto vale ressaltar a necessidade de novos estudos e pesquisas futuras que contenham dados mais específicos, pois ainda há uma certa escassez no fornecimento de informações, sobretudo as que serviram de bases nesta pesquisa.

É preciso realizar estudos que discutam as várias deficiências de forma isolada, pois cada uma tem sua própria característica, e a intervenção que se aplica a uma talvez não seja eficiente na outra. E somente dessa forma poderão ter dados suficientes que auxiliem análises mais conclusivas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. **Inclusão social e o aluno com síndrome de down: um estudo de caso nas aulas de educação física.** Pensar a Prática, Goiânia, v. 16, n. 4, 2013. DOI: 10.5216/rpp.v16i4.21743. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/21743>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- ANDRADE, J. M. A.; FREITAS, A. P. de. **Possibilidades de atuação do professor de educação física no processo de aprendizagem de alunos com deficiência.** Movimento (Porto Alegre), [S. l.], v. 22, n. 4, p. 1163–1176, 2016. DOI: 10.22456/1982-8918.64231. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/64231>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- BARRETO, M. A.; FRANCISCO, E. A.; VALE, L. H. **Análise das publicações sobre inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de educação física escolar em periódicos brasileiros online.** Pensar a Prática, Goiânia, v. 17, n. 2, 2014. DOI: 10.5216/rpp.v17i2.23565. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/23565>. Acesso em: 08 jan. 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n° 1/92 a 53/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n° 1 a 6/94. - Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007. Acesso em: 24 mai. 2024
- BRASIL. Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 dez. 2000. Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm Acesso em: 22 mai. 2024
- BRASIL. Lei n° 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 22 mai. 2024
- Camila Lopes de Carvalho, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.** Doutoranda em Atividade Motora Adaptada pela Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (FEF/UNICAMP). DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29n50p153> Acesso em: 24 mai. 2024

CARAVAGE, A.; OLIVER, F. C. **Políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência.** Movimento (Porto Alegre), [S. l.], v. 24, n. 3, p. 987–1000, 2018. DOI: 10.22456/1982-8918.73957. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/73957>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CARVALHO, Camila Lopes de; SALERNO, Marina Brasileiro; DA SILVA, Rita de Fátima; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **Inclusão na Educação Física escolar: estudo da tríade acessibilidade-conteúdos-attitudes.** Motrivivência, [S. l.], v. 29, p. 144–161, 2017. DOI: 10.5007/2175-8042.2017v29nespp144. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-> Acesso em: 20 dez. 2023.

CARVALHO, Camila Lopes de; SALERNO, Marina Brasileiro; PICULLI, Mariana; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **A percepção dos discentes de Educação Física sobre a inclusão escolar: reconstruções por intervenção na formação inicial.** Motrivivência, [S. l.], v. 29, n. 50, p. 153–169, 2017. DOI: 10.5007/2175-8042.2017v29n50p153. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175> Acesso em: 18 mar. 2022.

CASTRO, Mariana Oliveira Rabelo de; TELLES, Silvio de Cassio Costa. **Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física em escolas públicas regulares do Brasil: uma revisão sistemática de literatura.** Motrivivência, [S. l.], v. 32, n. 62, p. 01–20, 2020. DOI: 10.5007/2175-8042.2020e66277. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e66277>. Acesso em: 12 mai. 2022.

CHAVES LO, ALMEIDA RJ. **Os benefícios da equoterapia em crianças com Síndrome de Down.** R. bras. Ci. e Mov 2018;26(2):153-159. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 17 jan. 2024.

DUARTE, A. C.; BORELLA, D. R.; HARNISCH, G. S.; FRANK, R.; SCHONE, A. **Professores de educação física e suas práticas pedagógicas em classes que alunos com deficiência estão inseridos.** Pensar a Prática, Goiânia, v. 18, n. 1, 2015. DOI: 10.5216/rpp.v18i1.28054. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/28054>. Acesso em: 24 jan. 2024.

INTERDONATO, G. C.; GREGUOL, M. **Medidas de atividade física em crianças e adolescentes com deficiência: uma revisão sistemática.** Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 64–68, 2012. DOI:

10.12820/rbafs.v.17n1p64-68. Disponível em:
<https://www.rbafs.org.br/RBAFS/article/view/527>. Acesso em: 13 fev. 2024.

JUNG, L. G.; MARQUES, A. C.; KALINOSKI, A. X.; XAVIER, G. B. **Cotidiano da prática de atividade física de crianças e jovens com deficiências da rede municipal de pelotas - rs**. Movimento, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 207–226, 2013. DOI: 10.22456/1982-8918.30181. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/30181>. Acesso em: 14 jul. 2023.

KALINOSKI, A. X.; MARQUES, A. C.; JUNG, L. G.; XAVIER, G. B. **Prevalência de fatores de risco da síndrome metabólica em adultos com síndrome de Down na cidade de Pelotas**. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, [S. l.], v. 17, n. 5, p. 396–402, 2013. DOI: 10.12820/rbafs.v.17n5p396-402. Disponível em:
<https://www.rbafs.org.br/RBAFS/article/view/2180>. Acesso em: 31 out. 2023.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL. Acesso em: 19 out. 2023.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária - EPU EPU, 1987

MARTINS, C. L. R. **Educação física inclusiva: atitudes dos docentes**. Movimento, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 637–657, 2014. DOI: 10.22456/1982-8918.40143. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/40143>. Acesso em: 18 nov. 2023.

MODESTO, Everaldo Lambert; GREGUOL, Márcia. **Efeito do exercício físico sobre a cinemática da marcha em pessoas com síndrome de down – uma revisão sistemática**. Motrivivência, [S. l.], v. 31, n. 59, p. 1–17, 2019. DOI: 10.5007/2175-8042.2019e57043. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2019e57043>. Acesso em: 24 nov. 2023.

ANDRADE, J. M. A.; FREITAS, A. P. de. **Possibilidades de atuação do professor de educação física no processo de aprendizagem de alunos com deficiência**. Movimento, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 1163–1176, 2016. DOI: 10.22456/1982-8918.64231. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/64231>. Acesso em: 22 fev. 2024.

ORCIOLI -SILVA, D.; SASAKI, J. E.; TASSITANO, R. M.; RIBEIRO, C. G.; CHRISTOFARO, D. G. D.; BEZERRA, E. S.; MANTA, S. W.; FLORINDO, A. A.; HALLAL, P. C.; SIQUEIRA, F. C. V. **Atividade física para pessoas com**

deficiência: Guia de Atividade Física para a População Brasileira. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, [S. l.], v. 26, p. 1–11, 2021. DOI: 10.12820/rbafs.26e0218. Disponível em: <https://www.rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14558> Acesso em: 04 mar. 2024.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA - Unesco. **Declaração Mundial sobre Educação Para Todos** (Conferência de Jomtien). Tailândia: Unesco, 1990. Disponível em: www.unesco.org.br/publicação/doc-internacionais Acesso em: 04 mar. 2024.

PIROLO, C. C. B.; VITALIANO, C. R.; GOMES, N. M. **Dificuldades encontradas pelos professores de educação física para incluir estudantes com deficiência intelectual: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO.** Pensar a Prática, Goiânia, v. 24, 2021. DOI: 10.5216/rpp.v24.64211. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/64211>. Acesso em: 18 mar. 2024.

RAMOS V, BRASIL VZ, GODA C, BARROS TES, BOTH J. **Autopercepção de competência pedagógica de professores de Educação Física no ensino inclusivo.** R. bras. Ci. e Mov 2013;21(2): 123-134. Acesso em: 18 mar. 2024.
REIS, C. da S.; LADEWIG, I. Efeitos do uso de dicas agudas, com dois focos atenção, em uma criança com síndrome de down. Pensar a Prática, Goiânia, v. 16, n. 3, 2013. DOI: 10.5216/rpp.v16i3.19237. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/19237>. Acesso em: 05 abr. 2024.

REZENDE, LMT; MOREIRA, OC; CALDAS, LRR; FREITAS, LA; TORRES, JO. **Desempenho psicomotor de pessoas com deficiência após 12 semanas de um programa de Educação Física Adaptada.** R. bras. Ci. e Mov 2015;23(3):38-46. Acesso em: 08 abr. 2024.

SALERNO, M. B.; CARVALHO, C. L. de; D'ANGELO, S. M.; ARAÚJO, P. F. de. O **conceito de inclusão de discentes de educação física de universidades públicas do estado de são paulo no contexto social da sua prática.** Movimento (Porto Alegre), [S. l.], v. 24, n. 3, p. 721–734, 2018. DOI: 10.22456/1982-8918.78055. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/78055> Acesso em: 18 fev. 2024.

SILVA FILHO, J. A. da, GADELHA, M. do S. N., & CARVALHO, S. M. C. R. de. (2017). **Síndrome de down: reação das mães frente à notícia e a repercussão na intervenção fisioterapêutica da criança.** Revista Brasileira De Ciências Da Saúde, 21(2), 157–164. <https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6032.2017v21n2.24008> Acesso em: 18 fev. 2024.

SIMÕES, A. S.; LORENZINI, A. R.; GAVIOLI, R.; CAMINHA, I. de O.; SOUZA JÚNIOR, M. B. M. de; MELO, M. S. T. de. **A educação física e o trabalho educativo inclusivo. Movimento (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 35–48, 2018. DOI: 10.22456/1982-8918.73009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/73009>. Acesso em: 18 fev. 2024.

SOUZA, G. C. de; PICH, S. **A reorientação da ação pedagógica na educação física sob a perspectiva da inclusão: a pesquisa-ação como caminho. Movimento (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 149–169, 2013. DOI: 10.22456/1982-8918.35851. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/35851> Acesso em: 15 mar. 2024.

TANURE ALVES, M. L.; DUARTE, E. **A exclusão nas aulas de educação física: fatores associados com participação de alunos com deficiência. MOVIMENTO**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 117–137, 2012. DOI: 10.22456/1982-8918.32043. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/32043>. Acesso em: 21 jan. 2024.

TANURE ALVES, M. L.; DUARTE, E. **A participação de alunos com síndrome de Down nas aulas de Educação Física Escolar: Um estudo de caso. Movimento**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 237–256, 2012. DOI: 10.22456/1982-8918.26654. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/26654>. Acesso em: 30 mar. 2024.

VASCONCELLOS, A. S. de; FINOQUETTO, L. C.; FREITAS, D. D.; MACHADO, R. B. **Inclusão e educação física no município de rio grande: reflexões sobre as percepções dos educandos com deficiência. Movimento**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 835–848, 2016. DOI: 10.22456/1982-8918.57126. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/57126>. Acesso em: 03 mar. 2024.